

GRUPO I – CLASSE V – Plenário

TC 000.974/2022-6

Natureza: Relatório de Acompanhamento

Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social

Interessado: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (00.394.460/0058-87).

Representação legal: não há

SUMÁRIO: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO. FISCALIZAÇÃO CONTÍNUA DE BENEFÍCIOS (FCB), RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2021. CONSOLIDAÇÃO DOS ACHADOS ENCONTRADOS NA EXECUÇÃO DAS TIPOLOGIAS DE ANÁLISE DE DADOS. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES. ARQUIVAMENTO.

RELATÓRIO

Transcrevo, a seguir, o corpo do Relatório de Acompanhamento subscrito por Auditores Federais de Controle Externo à peça 24, o qual contou com a anuência do corpo diretivo da então Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (peças 25 e 26):

1. INTRODUÇÃO

Deliberação que originou a fiscalização

1. O Relatório de Acompanhamento é decorrente de deliberação constante em Despacho de 25/11/2021, do Min. Aroldo Cedraz (TC 034.568/2020-4, peça 04).

Visão geral do objeto

2. O sistema previdenciário brasileiro é obrigatório e não único, possuindo regimes especializados para diferentes beneficiários. O trabalhador da iniciativa privada é filiado obrigatório ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS); o trabalhador do setor público é filiado exclusiva ou parcialmente aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) – federal, estaduais, distrital e municipais; já os militares possuem regime de proteção social vinculado diretamente aos encargos financeiros da União. Paralelamente, existe a previdência complementar de natureza facultativa.

3. A gestão do RGPS está unificada na autarquia federal Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualmente vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência, que realiza os procedimentos de concessão, manutenção, pagamento e controle de benefícios previdenciários. Os benefícios geridos pelo INSS correspondem ao montante mensal de R\$ 50 bilhões, pago a mais de 36 milhões de beneficiários, totalizando mais de R\$ 660 bilhões em 2021 (Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS 12/2021, peça 8, p.30).

4. Este relatório de acompanhamento trata exclusivamente de benefícios previdenciários do RGPS administrado pelo INSS. O escopo do trabalho foram as folhas de pagamentos (denominada “Maciça”) dos meses de junho de 2021 e dezembro de 2021. Com tal abordagem, além de observar a situação mais recente de pagamentos de benefícios, pode-se verificar qual evolução no comportamento dos dados nesse período.

Objetivo e questões de auditoria

5. Este relatório de acompanhamento tem por objetivo estabelecer estratégia para a avaliação contínua

da qualidade das bases de dados da Previdência Social, contribuir para o fortalecimento do controle dos benefícios e estabelecer parceria com os gestores federais.

6. A partir do objetivo do trabalho e a fim de avaliar em que medida os recursos estão sendo aplicados de acordo com a legislação pertinente, formularam-se as questões de auditoria adiante indicadas:

7. Questão 1: Os bancos de dados utilizados pelo INSS possuem informações com alto nível de qualidade?

8. Questão 2: Os benefícios previdenciários possuem indícios de irregularidade ou fraude?

Metodologia utilizada e limitações inerentes à auditoria

9. O trabalho foi realizado em conformidade com as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (Portaria-TCU 280, de 8 de dezembro de 2010, alterada pela Portaria-TCU 168, de 30 de junho de 2011) e com observância aos Padrões de Auditoria de Conformidade estabelecidos pelo TCU (Portaria-Segecex 26, de 19 de outubro de 2009) e ao Manual de Acompanhamento do TCU. (Portaria-Segecex 27, de 9 de dezembro de 2016).

10. A folha de pagamento do RGPS do INSS é denominada Maciça e elaborada pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev). Atualmente, a Maciça possui cerca de 36 milhões de registros por mês, totalizando cerca de R\$ 50 bilhões a cada mês (BEPS 12/2021, peça 08, p.30). Tem-se, portanto, alto volume de recursos financeiros e extrema pulverização, tornando inviável auditoria por análise convencional de documentos.

11. A auditoria necessita de ferramentas automatizadas de análise de dados e tecnologia da informação visando velocidade, volume e variedade no processo de trabalho, no que se convencionou chamar *Big Data*.

12. O trabalho é realizado mediante metodologia interna denominada Fiscalização Contínua de Benefícios (FCB) e faz uso intensivo de ferramentas de tecnologia da informação e análise de dados disponíveis ao TCU. A metodologia FCB está descrita na peça 7.

13. A FCB é um encadeamento de etapas e culmina em um conjunto de benefícios com alta probabilidade de apresentar algum tipo de problema ou erro, os quais são encaminhados, após a apreciação do relatório pelo TCU, ao INSS para que faça sua análise e adote providência ideal, que pode chegar à revisão e exclusão do benefício da Maciça.

14. A primeira etapa da FCB é a obtenção dos dados brutos mediante acordo de cooperação ou instrumento congênere com o INSS e outros órgãos, tais como a Receita Federal do Brasil (RFB) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

15. A segunda etapa é a transferência desses dados brutos para o ambiente computacional do TCU. A terceira etapa consiste em tratar os dados e avaliar sua credibilidade para que possam ser utilizados nos cruzamentos de dados.

16. A quarta etapa consiste na análise em profundidade das informações coletadas, elaborando as tipologias, ou seja, os cruzamentos de bancos de dados e as filtragens específicas de campos. Trata-se da atividade mais robusta porque exige conhecimento das regras do negócio para fornecer indício de erro ou fraude.

17. Nessa etapa também pode ocorrer a construção de indicadores gerenciais e a elaboração de modelo preditivo de fraude, fazendo uso de conhecimento estatístico e de mineração de dados.

18. A conclusão da análise consiste em consolidar todo o conhecimento em documentos úteis para o público interno e externo, cujo principal componente é o Relatório de Acompanhamento a ser apreciado pelo TCU.

19. A proposta de encaminhamento é finalmente elaborada para que a conclusão do trabalho possa ser utilizada e entendida pelo maior número de atores e transformada em ação.

20. Perpassando esse processo há o objetivo comum em automatizar todo o processo da FCB. Significa sempre entender a metodologia sob o enfoque da reutilização do conhecimento já enraizado e com

crecente poder de processamento computacional e estatístico. O bom nível de automação significa que as tipologias podem ser executadas para qualquer período, bastando ter os dados de entrada, com mínimo esforço e pouca intervenção.

21. Não houve limitações inerentes à execução dos procedimentos de auditoria.

Volume de recursos fiscalizados

22. Maciça de junho de 2021: R\$ 75.798.448.821,00.

23. Maciça de dezembro de 2021: R\$ 50.866.508.203,00.

24. Total: R\$ 126.664.957.024,00. (BEPS 12/2021, peça 8, p.30).

Benefícios estimados da fiscalização

25. O benefício estimado da fiscalização é de R\$ 2.916.947.997,00.

2. EXAME TÉCNICO

2.1. CREDIBILIDADE

26. A credibilidade das informações está condicionada à qualidade dos dados, cujas falhas não refletem por si só prejuízo financeiro, mas afetam a higidez do banco de dados, indicam deficiências nos controles internos e podem ser indícios de pagamento indevido (erro ou fraude). Os dados foram avaliados quanto aos seis atributos de credibilidade: completude, unicidade, validade, consistência, acurácia e uniformidade.

27. A **completude** é a verificação da existência de registros com dados faltantes. Há casos em que essa falta é justificável, por exemplo, para beneficiário menor de idade não há obrigatoriedade do preenchimento do título de eleitor.

28. A **unicidade** verifica se existe duplicidade no campo de identificação principal do registro. Por exemplo, mesmo CPF para dois beneficiários distintos.

29. A **validade** busca identificar a adesão às regras prévias de preenchimento dos campos. Por exemplo, se campos numéricos contém letras; se o número de CPF atende ao dígito verificador; se todas as datas são válidas.

30. A **consistência** confronta diferentes campos do mesmo banco de dados, cujos resultados devem ser congruentes. Por exemplo: o código de endereçamento postal (CEP) deve ser congruente com a cidade do beneficiário. Também é consistência a verificação de campos relacionados. Por exemplo: se determinado campo deve ser preenchido com 1 ou 0, alfabetizado ou não alfabetizado, respectivamente, é erro de consistência preencher com 1, mas não possuir no cadastro o número do diploma escolar.

31. A **acurácia** é o confronto entre dados obtidos de diferentes bancos de dados. Por exemplo: nome, nome da mãe e data de nascimento da Maciça podem ser comparados com seus equivalentes nos bancos de dados da Receita Federal do Brasil.

32. A **uniformidade** verifica se campos com informações quantitativas mantêm um padrão de medida. Esses testes podem ser feitos a campos numéricos monetários (descrições em Reais, Centavos, Dólares, Cruzeiros) ou baseados em outras unidades (quilo, litro, resma).

Dados Utilizados

33. A credibilidade dos dados utilizou a Maciça de junho e dezembro de 2021, enviadas pelo INSS com base no Acordo de Cooperação Técnica entre INSS e TCU (TC 042.036/2018-6).

34. Foram selecionados os benefícios ativos (CS_SITUACAO_BENEF = 0) e removidos os registros referentes a pensão alimentícia (CS_PA = 3), sendo mantido o registro do titular responsável pelo pagamento da pensão. A exclusão é necessária para evitar duplicidade, uma vez que a pensão alimentícia consta na Maciça juntamente com o titular.

35. A Maciça de dezembro de 2021 possui o registro de 36.015.200 benefícios previdenciários e a Tabela 1 apresenta os principais benefícios pagos pelo INSS.

Tabela 1. Maciça: principais benefícios, percentual e percentual acumulado

Espécie	Descrição	Qtd.	Percentual	Percentual Acumulado
41	APOSENTADORIA POR IDADE	11.579.839	32,2%	32,2%
21	PENSÃO POR MORTE PREVIDENCIÁRIA	7.698.467	21,4%	53,5%
42	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	6.074.421	16,9%	70,4%
32	APOSENTADORIA INVALIDEZ PREVIDENCIÁRIA	3.131.757	8,7%	79,1%
87	AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA DEFICIÊNCIA	2.568.657	7,1%	86,2%
88	AMPARO SOCIAL AO IDOSO	2.159.970	6,0%	92,2%
31	AUXÍLIO DOENÇA PREVIDENCIÁRIO	738.214	2,0%	94,3%
46	APOSENTADORIA ESPECIAL	424.006	1,2%	95,4%
94	AUXÍLIO ACIDENTE	346.567	1,0%	96,4%
1	PENSÃO POR MORTE DE TRABALHADOR RURAL	323.992	0,9%	97,3%

Fonte: elaboração própria

Situação Encontrada

Unicidade

36. A chave primária da Maciça é o campo NU_NB que identifica cada benefício pago. O teste apresentou unicidade íntegra.

Uniformidade

37. Todos os campos monetários estão representados em Reais. Dessa maneira, não foram realizados testes de uniformidade.

Completeness, Validade e Consistência

38. Os atributos de completude, validade e consistência foram analisados utilizando o dicionário de dados da Maciça (peça 09) contendo informação sobre os campos do banco de dados, tais como tamanho, tipo, valores de preenchimento, dentre outras. Uma análise de todos os campos utilizados na verificação da credibilidade está disponível no Anexo I.

39. As Tabela 2, Tabela 3 e Tabela 4 apresentam os campos que são relevantes ou que possuem, isoladamente, percentual elevado de falhas. Os campos em que os testes não são necessários – por exemplo, aqueles de preenchimento facultativo – estão marcados com o sinal “-”.

40. As colunas apresentam o percentual de registros com inconsistências para os meses de junho e dezembro de 2021. Por exemplo, para o campo 015.D2_DER (data de entrada do requerimento do benefício) pode-se afirmar que 0,73% apresentam problemas de completude (não estão preenchidos) em junho de 2021, tendo diminuído o percentual para 0,68% em dezembro de 2021. Esse campo apresentou o mesmo percentual de inconsistência para os testes de validade (data inválida, ex: 31/13/1971). Para o teste de consistência (data do requerimento posterior à data da concessão), o percentual de inconsistências variou de 0,82% para 0,77%.

Tabela 2. Análise de credibilidade da Maciça: Completude

Completeness	2021/06		2021/12		Variação %
	Qtd.	%	Qtd.	%	
015.D2_DER	259.325	0,73%	245.379	0,68%	-0,05%
016.D2_DIB	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
017.D2_DDB	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
018.D2_DCB	-	-	-	-	-
019.D2_DIP	12.306	0,03%	11.745	0,03%	0,00%
020.D2_INI_INCAPAC	-	-	-	-	-

Compleitude	2021/06		2021/12		Variação %
	Qtd.	%	Qtd.	%	
021.D2_INICIO_DOENCA	-	-	-	-	-
023.D2_OBITO_RECLUSAO	-	-	-	-	-
033.CS_DIAGNOSTICO_N	-	-	-	-	-
034.CS_DIAGNOSTICO_1	-	-	-	-	-
038.CS_DESPACHO	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
044.NM_TITULAR_BENEF_T	161	0,00%	83	0,00%	0,00%
045.NM_MAE_T	2.373	0,01%	1.746	0,00%	0,00%
046.NU_CPF_T	19.646	0,06%	11.825	0,03%	-0,02%
047.ID_NIT_T	10.295	0,03%	7.918	0,02%	-0,01%
048.DT_NASCIMENTO_T	1.276	0,00%	940	0,00%	0,00%
067.D2_OBITO_T	-	-	-	-	-
068.NM_INSTITUIDOR_I	-	-	-	-	-
069.NM_MAE_I	-	-	-	-	-
070.NU_CPF_I	-	-	-	-	-
071.ID_NIT_I	-	-	-	-	-
072.DT_NASCIMENTO_I	-	-	-	-	-
079.NU_TIT_ELEITOR_I	-	-	-	-	-
081.CS_SEXO_I	-	-	-	-	-
082.D2_OBITO_I	-	-	-	-	-

Fonte: elaboração própria

Tabela 3. Análise de credibilidade da Maciça: Validade

Validade	2021/06		2021/12		Variação %
	Qtd.	%	Qtd.	%	
015.D2_DER	259.327	0,73%	245.381	0,68%	-0,05%
016.D2_DIB	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
017.D2_DDB	1	0,00%	1	0,00%	0,00%
018.D2_DCB	6	0,00%	10	0,00%	0,00%
019.D2_DIP	12.306	0,03%	11.745	0,03%	0,00%
020.D2_INI_INCAPAC	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
021.D2_INICIO_DOENCA	51	0,00%	51	0,00%	0,00%
023.D2_OBITO_RECLUSAO	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
033.CS_DIAGNOSTICO_N	673.335	1,89%	642.808	1,78%	-0,10%
034.CS_DIAGNOSTICO_1	706.867	1,98%	675.503	1,88%	-0,10%
038.CS_DESPACHO	286.056	0,80%	270.834	0,75%	-0,05%
044.NM_TITULAR_BENEF_T	161	0,00%	83	0,00%	0,00%
045.NM_MAE_T	-	-	-	-	-
046.NU_CPF_T	19.646	0,06%	11.825	0,03%	-0,02%
047.ID_NIT_T	10.295	0,03%	7.918	0,02%	-0,01%
048.DT_NASCIMENTO_T	3.783	0,01%	2.438	0,01%	0,00%
067.D2_OBITO_T	9	0,00%	8	0,00%	0,00%
068.NM_INSTITUIDOR_I	-	-	-	-	-
069.NM_MAE_I	-	-	-	-	-
070.NU_CPF_I	-	-	-	-	-

Validade	2021/06		2021/12		Variação %
	Qtd.	%	Qtd.	%	
071.ID_NIT_I	-	-	-	-	-
072.DT_NASCIMENTO_I	240.315	0,67%	175.883	0,49%	-0,18%
079.NU_TIT_ELEITOR_I	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
081.CS_SEXO_I	86	0,00%	80	0,00%	0,00%
082.D2_OBITO_I	22	0,00%	33	0,00%	0,00%

Fonte: elaboração própria

Tabela 4. Análise de credibilidade da Maciça: Consistência

Consistência	2021/06		2021/12		Variação %
	Qtd.	%	Qtd.	%	
015.D2_DER	292.366	0,82%	276.222	0,77%	-0,05%
016.D2_DIB	20.171	0,06%	18.795	0,05%	0,00%
017.D2_DDB	291.566	0,82%	275.466	0,76%	-0,05%
018.D2_DCB	7	0,00%	11	0,00%	0,00%
019.D2_DIP	19.364	0,05%	17.391	0,05%	-0,01%
020.D2_INI_INCAPAC	1.327	0,00%	1.292	0,00%	0,00%
021.D2_INICIO_DOENCA	6.457	0,02%	6.335	0,02%	0,00%
023.D2_OBITO_RECLUSAO	18.400	0,05%	18.047	0,05%	0,00%
033.CS_DIAGNOSTICO_N	661.425	1,85%	631.246	1,75%	-0,10%
034.CS_DIAGNOSTICO_1	694.902	1,95%	663.888	1,84%	-0,10%
038.CS_DESPACHO	-	-	-	-	-
044.NM_TITULAR_BENEF_T	-	-	-	-	-
045.NM_MAE_T	-	-	-	-	-
046.NU_CPF_T	-	-	-	-	-
047.ID_NIT_T	-	-	-	-	-
048.DT_NASCIMENTO_T	-	-	-	-	-
067.D2_OBITO_T	98	0,00%	86	0,00%	0,00%
068.NM_INSTITUIDOR_I	957.271	2,68%	801.680	2,23%	-0,46%
069.NM_MAE_I	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
070.NU_CPF_I	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
071.ID_NIT_I	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
072.DT_NASCIMENTO_I	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
079.NU_TIT_ELEITOR_I	-	-	-	-	-
081.CS_SEXO_I	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
082.D2_OBITO_I	336.509	0,94%	270.896	0,75%	-0,19%

Fonte: elaboração própria

41. Os campos de identificação única, por exemplo, 046.NU_CPF_T e 047.ID_NIT_T, que representam as informações do CPF e do NIT e são importantes para garantir o cruzamento de dados eficaz, apresentaram em dezembro de 2021, o percentual de falha em completude de 0,03% para o CPF, com cerca de 11,8 mil titulares com o CPF não preenchido, redução de 45% em relação à fiscalização do exercício anterior. No campo NIT foi constatado o percentual de falha em completude de 0,02%, com 7.918 mil titulares com NITs não preenchidos, redução de 31% em relação ao exercício anterior. Em ambos os casos, observa-se também a tendência de redução entre os períodos de junho e dezembro, objetos desta fiscalização.

42. Os campos 033.CS_DIAGNOSTICO_N e 034.CS_DIAGNOSTICO_1 apresentam

aproximadamente 2% dos benefícios com inconsistências nos testes de validade e de consistência. Os valores do campo devem ser preenchidos conforme a padronização da CID-10 - Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que define a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde. A análise demonstrou que, para as espécies de benefícios por incapacidade, os dois campos que deveriam indicar a enfermidade estão nulos ou com códigos desatualizados.

43. Os campos referentes ao titular do benefício (campos 44 ao 67) apresentam percentual de falhas próximo a zero.

44. O percentual mais elevado ocorre nas informações sobre o instituidor de benefício: no campo 068.NM_INSTITUIDOR_I, 2,23% dos registros falharam no teste de consistência o que, apesar de pequeno percentualmente, ainda corresponde a 801 mil registros com falha devido ao uso de nomes inválidos como “desconhecido”, “a pesquisar”, “sem nome”.

45. Na presente auditoria, optou-se por um percentual máximo tolerável de 2% para as falhas de credibilidade. Dessa maneira, campos da Maciça apresentam bom nível de credibilidade para completude, validade e consistência. Além disso, entre os dois períodos avaliados neste trabalho, observa-se a tendência de redução nas falhas encontradas.

Acurácia

46. O atributo de acurácia é verificado pela comparação da Maciça com as bases de CPF, da Receita Federal do Brasil, e do Título de Eleitor, do Tribunal Superior Eleitoral. A metodologia utilizada está descrita no Anexo II.

47. Os registros da Maciça possuem os dados cadastrais de diferentes indivíduos: i) Titular (quem possui o direito ao benefício); ii) Instituidor (quem deu origem ao benefício, por exemplo: pensão por morte); iii) Procurador e iv) Representante. Conforme a Instrução Normativa INSS 77/2015, art. 515, §4, é obrigatória a inclusão do número de CPF para os diferentes indivíduos da base. Dessa forma, os registros com falhas no campo CPF indicam automaticamente falha de acurácia, enquanto a comparação com o Título de Eleitor tem o objetivo de aumentar a credibilidade das informações, ao confirmar os dados em mais de uma fonte.

48. O resultado da comparação foi classificado conforme o Critério de Certeza e pela Data de Despacho do Benefício (DDB). O Critério de Certeza é composto por sete faixas, conforme a qualidade da informação:

- a) **0 - Comparação direta:** os registros são iguais entre as bases, a partir de uma comparação direta de *strings*;
- b) **1 - Combinado CPF e TE:** os registros são referentes à mesma pessoa entre as bases, porém foram utilizadas técnicas de *data quality*;
- c) **2 - Combinado CPF, TE não encontrado:** os registros da Maciça e do CPF são referentes à mesma pessoa e o Título de Eleitor não foi informado ou não foi identificado na base do Título de Eleitor;
- d) **3 - Combinado TE, CPF não encontrado:** os registros da Maciça e do Título de Eleitor são referentes à mesma pessoa e o CPF não foi informado ou não foi identificado na base de CPF;
- e) **4 - Combinado CPF, inconclusivo ou não combinado TE:** os registros da Maciça e do CPF são referentes à mesma pessoa e, para o Titular de Eleitor, são pessoas diferentes ou o resultado é inconclusivo;
- f) **5 - Combinado TE, inconclusivo ou não combinado CPF:** os registros da Maciça e do Título de Eleitor são referentes à mesma pessoa e, para o CPF, são pessoas diferentes ou o resultado é inconclusivo;
- g) **6 - Inconclusivo:** para o CPF e o Título de Eleitor não é possível afirmar ou negar que os registros são da mesma pessoa;

h) **7 - Não combinado CPF e TE:** os registros da Maciça não correspondem à mesma pessoa na base de CPF e do Título de Eleitor.

49. Considerando que a informação do CPF é obrigatória, os registros com Critério de Certeza 0, 1, 2 e 4 são classificados como “**Combinado**”. Os registros com critério 6 são classificados como “**Inconclusivo**” e a sua atualização é recomendada, enquanto os registros com critério 3, 5 e 7 são classificados como “**Não Combinado**” e devem ser revisados.

50. As Tabela 5 e Tabela 6 apresentam o resultado da análise de acurácia para os dados cadastrais de todos os indivíduos da Maciça. Na referência de dezembro de 2021, identificou-se que 96,2% dos registros obtiveram o resultado “Combinado”, sendo que esse valor sobe para 99,4% para os registros com a data do despacho do benefício (DDB) menor que cinco anos (concessão recente do benefício). Os registros “Inconclusivo” correspondem a 0,46% e os “Não Combinado” correspondem a 3,32% do total de registros.

Tabela 5. Resultado da acurácia: Maciça (todos os indivíduos)

Critério Certeza		2021/06		2021/12	
		Total	DDB < 5anos	Total	DDB < 5anos
Comparação direta	0	25.706.885	8.352.459	26.261.898	8.563.242
Combinado CPF e TE	1	4.277.708	1.171.533	4.279.022	1.164.570
Combinado CPF, TE não encontrado	2	13.731.570	2.989.825	13.859.714	3.026.430
Combinado TE, CPF não encontrado	3	470	177	413	136
Combinado CPF, não combinado TE	4	20.769	4.002	20.609	4.149
Combinado TE, não combinado CPF	5	167.042	38.112	163.922	36.410
Inconclusivo	6	219.119	30.486	212.888	29.230
Não combinado CPF e TE	7	1.580.774	10.907	1.366.780	8.449
Total		45.704.337	12.597.501	46.165.246	12.832.616

Fonte: elaboração própria

Tabela 6. Resumo da acurácia: Maciça (todos os indivíduos)

	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5anos		Total		DDB < 5anos	
Combinado	43.736.932	95,70%	12.517.819	99,37%	44.421.243	96,22%	12.758.391	99,42%
Inconclusivo	219.119	0,48%	30.486	0,24%	212.888	0,46%	29.230	0,23%
Não Combinado	1.748.286	3,83%	49.196	0,39%	1.531.115	3,32%	44.995	0,35%
Total	45.704.337	100,00%	12.597.501	100,00%	46.165.246	100,00%	12.832.616	100,00%

Fonte: elaboração própria

51. No ciclo anterior da Fiscalização Contínua (TC 036.871/2020-6), somente 88% dos registros foram classificados como “Combinado”, em dezembro de 2020. Uma causa possível daquela situação foram as alterações realizadas no banco de dados do CPF da RFB em atendimento à demanda do Auxílio Emergencial. Já para a referência de junho de 2021, constata-se que o percentual de registros “Combinado” voltou ao nível de 95% para todos os registros e 99% para os registros com DDB menor que 5 anos.

52. As Tabela 7 e Tabela 8 apresentam os resultados da acurácia para os Titulares de benefícios na Maciça. Para dezembro de 2021, a análise classificou 99,1% dos registros como “Combinado”, os registros com resultado “Inconclusivo” correspondem a 0,38% e 0,45% para os registros “Não combinado”.

Tabela 7. Resultado da acurácia: Titular

Critério Certeza	2021/06	2021/12
------------------	---------	---------

		Total	DDB < 5anos	Total	DDB < 5anos
Comparação direta	0	22.150.681	6.771.548	22.498.081	6.888.768
Combinado CPF e TE	1	3.700.703	941.824	3.683.867	926.515
Combinado CPF, TE não encontrado	2	9.508.486	2.340.253	9.516.307	2.373.580
Combinado TE, CPF não encontrado	3	361	163	300	125
Combinado CPF, não combinado TE	4	18.269	3.313	17.930	3.391
Combinado TE, não combinado CPF	5	141.839	30.684	138.786	29.005
Inconclusivo	6	141.504	22.769	136.922	22.000
Não combinado CPF e TE	7	32.052	1.178	23.007	1.121
Total		35.693.895	10.111.732	36.015.200	10.244.505

Fonte: elaboração própria

Tabela 8. Resumo da acurácia: Titular

	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5anos		Total		DDB < 5anos	
Combinado	35.378.139	99,12%	10.056.938	99,46%	35.716.185	99,17%	10.192.254	99,49%
Inconclusivo	141.504	0,40%	22.769	0,23%	136.922	0,38%	22.000	0,21%
Não Combinado	174.252	0,49%	32.025	0,32%	162.093	0,45%	30.251	0,30%
Total	35.693.895	100,00%	10.111.732	100,00%	36.015.200	100,00%	10.244.505	100,00%

Fonte: elaboração própria

53. As Tabela 9 e Tabela 10 apresentam os resultados da acurácia para os registros dos Instituidores de benefícios na Maciça. Para a referência de dezembro de 2021, a análise classificou 83,4% dos registros como “Combinado”, sendo que, para os registros com DDB menor que cinco anos, esse percentual foi de 99,3%.

54. Constata-se percentual elevado de registros de Instituidor com as informações incorretas ou nulas. Foi identificado que 15,79% dos registros foram classificados como “Não Combinado” sendo que para registros recentes (com DDB menor que cinco anos), o percentual foi de 0,44%.

55. Este resultado indica falhas nos registros das informações do Instituidor nos sistemas do INSS para os benefícios mais antigos, enquanto os registros mais recentes possuem um percentual menor.

Tabela 9. Resultado da acurácia: Instituidor

Critério Certeza		2021/06		2021/12	
		Total	DDB < 5anos	Total	DDB < 5anos
Comparação direta	0	2.294.450	1.209.817	2.464.234	1.293.337
Combinado CPF e TE	1	312.829	161.160	332.285	169.446
Combinado CPF, TE não encontrado	2	3.902.783	569.416	4.018.630	570.559
Combinado TE, CPF não encontrado	3	90	14	98	11
Combinado CPF, não combinado TE	4	1.540	426	1.692	453
Combinado TE, não combinado CPF	5	9.359	4.593	9.798	4.716
Inconclusivo	6	61.167	5.625	60.211	5.277
Não combinado CPF e TE	7	1.475.811	6.111	1.279.417	4.376
Total		8.058.029	1.957.162	8.166.365	2.048.175

Fonte: elaboração própria

Tabela 10. Resumo da acurácia: Instituidor

	2021/06		2021/12	
	Total	DDB < 5anos	Total	DDB < 5anos

Combinado	6.511.602	80,81%	1.940.819	99,16%	6.816.841	83,47%	2.033.795	99,30%
Inconclusivo	61.167	0,76%	5.625	0,29%	60.211	0,74%	5.277	0,26%
Não Combinado	1.485.260	18,43%	10.718	0,55%	1.289.313	15,79%	9.103	0,44%
Total	8.058.029	100,00%	1.957.162	100,00%	8.166.365	100,00%	2.048.175	100,00%

Fonte: elaboração própria

Objeto no qual foi constatado

56. Folha de pagamento de benefício do INSS – Maciça de junho e dezembro de 2021.

Causa

57. Entre as possíveis causas do achado encontram-se:

- a) erros de digitação ou falhas no processo de inserção dos dados cadastrais. Por exemplo: benefícios sem as informações do instituidor, possuem os dados no processo em físico, mas não foram inseridos no sistema;
- b) falhas no processo de migração dos dados entre os sistemas do INSS. Um exemplo é a diferença no tamanho do campo de nome do sistema que gerencia os benefícios e a Maciça;
- c) legislação anteriormente em vigor, que permitia o registro de beneficiário com o CPF do cônjuge;
- d) ausência de regulamentação e controles internos referentes à situação da inscrição de CPF do Beneficiário;
- e) inconsistências geradas pelos NITs “faixa crítica”;
- f) inconsistências geradas pelos CPF de fácil memorização, que são validados pela regra do dígito verificador. Ex: “000.000.001-91” ou “000.000.002-72”;
- g) fraudes com falsificação documental.
- h) uso recente de NIT indeterminado sem atualização cadastral

Efeito

58. Registro de beneficiários com dados cadastrais imprecisos no INSS.

Critério

59. Art. 515 da IN-INSS 77/PRES/2015;
60. Layout e dicionário de dados da Maciça;
61. Art. 124-D da Lei 8.213/1991, incluído pela Lei 13.846/2019.

Conclusão da equipe

62. Na análise de Credibilidade, considerando o percentual máximo tolerável de 2% de inconsistências, não foram detectadas distorções relevantes nos dados da Folha de pagamentos do INSS. Entretanto existem ressalvas, listadas a seguir.

Ressalva 1

63. Na análise de Consistência, o dado cadastral Nome do Instituidor foi classificado como “Não Combinado” em 2,68% dos registros de junho e 2,23% para dezembro de 2021. Tais resultados apresentam redução em comparação com a FCB 2020 (TC 036.871/2020-6), cujos registros com indícios foram de 3,16% em junho e 3% em dezembro de 2020. Ainda assim, correspondem a 801 mil registros com falha devido ao uso de nomes inválidos como “desconhecido”, “a pesquisar”, “sem nome”.

Ressalva 2

64. Na análise de Acuraria do Instituidor, foi identificado que 18,43% dos registros foram classificados como “Não-Combinado” para a referência de junho de 2021 e 15,79% para dezembro de 2021. Grande parte dos registros com problemas são referentes aos benefícios concedidos entre 1972 e 1994,

indicando um problema de legado no registro dos dados cadastrais dos instituidores nos sistemas. Para os benefícios concedidos nos últimos cinco anos, o percentual de registros “Não-Combinado” foi de 0,55% para junho de 0,44% para dezembro de 2021.

Evidência

65. P_MACICA_COMPARACAO_CPF_TE.txt

Proposta de encaminhamento

66. Determinar ao INSS, com fundamento no art. 4º, da Resolução-TCU 315/2020, que, no prazo de um ano, proceda à revisão cadastral dos Titulares com classificação “Não Combinado”, por estar em desacordo com a IN-INSS 77/PRES/2015, art. 515.

67. Determinar ao INSS, com fundamento no art. 4º, da Resolução-TCU 315/2020, que, no prazo de um ano, proceda à revisão cadastral dos Instituidores com DDB menor que 5 anos e com classificação “Não Combinado”, por estar em desacordo com a IN-INSS 77/PRES/2015, art. 515.

68. Recomendar ao INSS, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avalie a conveniência e a oportunidade de revisar os dados cadastrais dos Instituidores com DDB maior que 5 anos e com resultado “Não Combinado”, com vistas a melhorar a qualidade da base de dados.

69. Recomendar ao INSS, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avalie a conveniência e a oportunidade de revisar os dados cadastrais dos Procuradores e Representantes com vistas a melhorar a qualidade da base de dados.

2.2. TIPOLOGIAS DE CADASTRO

70. As tipologias de cadastro são testes substantivos desenvolvidos a partir dos resultados da Credibilidade e têm o objetivo de avaliar as regras de preenchimento e a qualidade dos dados cadastrais da Maciça. Foram executadas 27 tipologias para avaliar o potencial de comprometimento e de credibilidade de informações cadastrais relevantes presentes na Maciça. Deve-se destacar que os testes foram realizados com a utilização de ferramentas de análises de dados.

Situação Encontrada

71. A Tabela 11 apresenta os resultados das tipologias de cadastro para os meses de junho e dezembro de 2021. A segunda coluna apresenta o nome da tipologia, a terceira coluna apresenta uma breve descrição do teste realizado e os resultados são divididos pelo mês de referência e pela idade do benefício (Data de Despacho do Benefício menor que cinco anos).

Tabela 11. Tipologias de Cadastro - referência: junho e dezembro de 2021

N.	Nome	Descrição	Jun/2021		Dez/2021	
			Total	DDB < 5a	Total	DDB < 5a
01	CPF com dados “não combinado”	Registros com CPF e Critério de certeza 3, 5 ou 7.	730.225	41.892	634.184	39.903
02	CPF inválido	Registros com CPF nulo ou inválido e Critério de certeza 3, 5 e 7.	1.018.061	7.304	896.931	5.092
03	NIT inválido	Titular ou Instituidor com NIT nulo ou que inicia com 0, 3, 4, 5, 6, 7, 8, ou 9	748.832	246	623.740	267
04	CPF com situação cancelada ou nula (todas as pessoas)	Identifica registros com inscrição do CPF: i) cancelada de ofício; ii) cancelada por multiplicidade; iii) nula; vi) titular falecido	390.271	62.672	46.222	6.000
05	CPF com situação suspensa (todas as pessoas)	Registros com inscrição do CPF: i) suspensa	1.235.855	195.382	1.270.680	173.976
06	Instituidor: com os dados do Titular	Registros do Instituidor com: a) NIT ou CPF do Titular; b) Nome e data de nascimento do Titular	157.350	183	126.642	128
07	Instituidor: dados incompletos	Registros do Instituidor sem o preenchimento de pelo menos um dos campos: (NIT ou CPF),	1.009.562	54	853.762	64

N.	Nome	Descrição	Jun/2021		Dez/2021	
			Total	DDB < 5a	Total	DDB < 5a
		nome, data de nascimento ou data de óbito				
08	Incompatibilidade entre o tratamento e a espécie	Registros com incompatibilidade entre a espécie do benefício e o tratamento, conforme o ANEXO IV	541	525	598	583
09	NIT: utilizado em benefícios com titular com diferentes CPFs	Registros com mesmo NIT, mas com CPF do Titular diferente	3.100	317	2.774	278
10	Titular: nome com caractere numérico, indevido ou com a expressão Tutor ou Curador	Registros de nomes com caractere numérico ou indevido, com a expressão “tutor” ou “curador”	37	1	32	2
11	Titular: data de nascimento com divergência ou zerada	Registro com a data de nascimento do Titular nula ou com divergência em relação a informação do CPF da Receita Federal	279.572	14.718	263.622	13.318
12	Titular: gênero com divergência	Registro com informação de gênero do Titular nula ou com divergência em relação à base CPF da Receita Federal	264.259	61.006	261.851	60.774
13	Titular: nome do titular igual o nome da mãe	Registros com o nome do titular igual ao nome da mãe	26.544	4.620	25.743	4.509
14	Instituidor: nome com caractere numérico, indevido ou com a expressão Tutor ou Curador	Registros de nomes com caractere numérico ou indevido, com a expressão “tutor” ou “curador”	12	1	12	1
15	Instituidor: data de nascimento com divergência ou zerada	Registro com a data de nascimento do Titular nula ou com divergência em relação a informação do CPF da Receita Federal	194.683	8.935	188.463	8.255
16	Instituidor: gênero com divergência	Registro com informação de gênero do Titular nula ou com divergência em relação à base CPF da Receita Federal	57.137	13.915	57.467	13.477
17	Nome da Mãe: caractere numérico, indevido ou com a expressão Tutor ou Curador (todas as pessoas)	Registros de nome da mãe com caractere numérico ou indevido, com a expressão “tutor” ou “curador”, ou registro incorreto, quando não possui o nome da mãe	26.451	9.767	26.064	9.598
18	Procurador: com dados do titular	Registros do Procurador com: a) NIT ou CPF do Titular; b) Nome e data de nascimento do Titular	7.571	1.001	6.555	829
19	Representante Legal: com dados do titular	Registros do Representante Legal com: a) NIT ou CPF do Titular; b) Nome e data de nascimento do Titular	18.128	3.154	17.077	2.914
20	Titular: nomes abreviados	Registros com nomes abreviados	186.657	53.320	186.634	57.457
21	Nome da Mãe: nomes abreviados	Registros com nomes abreviados	1.432.715	510.239	1.473.144	528.997
22	Instituidor: nomes abreviados	Registros com nomes abreviados	29.881	5.545	29.871	6.094
23	Maciça: titular duplicado	Registros de Titulares da Maciça que possuem dados cadastrais semelhantes (nome, nome da mãe e data de nascimento) e com CPF e NIT diferentes	2.616	456	-	-
24	Maciça: titular com erros dados cadastrais	Os registros da comparação entre os Titulares da Maciça que possuem CPF ou NIT iguais e dados cadastrais diferentes (nome, nome da mãe e data de nascimento). Ex.: titular com dois benefícios e com erro de digitação no nome	866.488	160.779	-	-
25	Busca CPF: titular com CPF encontrado	Os registros que tiveram o CPF do Titular encontrado na base da Receita Federal	0	0	-	-
26	Busca CPF: instituidor com CPF encontrado	Os registros que tiveram o CPF do Instituidor encontrado na base da Receita Federal	1	1	-	-
27	NIT Indeterminado	Registros com NIT indeterminado	16.206	17	16.717	222

N.	Nome	Descrição	Jun/2021		Dez/2021	
			Total	DDB < 5a	Total	DDB < 5a

Fonte: elaboração própria

Tipologia de Cadastro 01

72. A Tabela 12 apresenta os resultados da Tipologias de Cadastro 01 por tipo de indivíduo, que possui os registros da Maciça com CPF e com critério de certeza 3, 5 e 7 por indivíduo na Maciça. O resultado indica que os pares de registros comparados foram classificados como “Não Combinado”, ou seja, os dados cadastrais da Maciça não correspondem aos dados da inscrição de CPF na base da RFB. Para benefícios mais antigos, era possível cadastrar o benefício da mulher utilizando o CPF do cônjuge, ou de uma criança com o CPF do responsável; entretanto, para os benefícios com data de despacho do benefício mais recente, tais lançamentos não deveriam ocorrer.

Tabela 12. Tipologias de Cadastro 01 - registros por tipo de indivíduo (Dez/2021)

Titular		Instituidor		Procurador		Representante	
Total	DDB < 5	Total	DDB < 5	Total	DDB < 5	Total	DDB < 5
150.282	30.050	459.284	5.409	400	58	24.218	4.386

Fonte: elaboração própria

73. A Tabela 13 apresenta exemplos dos indícios identificados. Apenas o primeiro nome nos registros é apresentado nas colunas, sendo possível verificar a diferença entre os nomes e as datas de nascimento registrados nas bases.

Tabela 13. Tipologia de Cadastro 01: Exemplos (Dez/2021)

Nome		Nome da Mãe		Data de Nascimento	
Maciça	CPF	Maciça	CPF	Maciça	CPF
CLAUDIA ***	VITOR ***	CLAUDIA ***	CLAUDIA ***	1970/07/19	2003/06/28
ANA ***	RIVALDO ***	ANA ***	ANA ***	1967/01/25	2006/08/16
THEREZINHA ***	WILIANE ***	JOZIANE ***	JOZIANE ***	2012/03/17	2006/12/08
ANA ***	PAULO ***	MARIA ***	RENATO ***	2003/02/27	2001/09/21
ANDRESSA ***	PAULO ***	ANDREIA ***	ANDREIA ***	2013/05/28	2011/09/23

Fonte: elaboração própria

Tipologias de Cadastro 04 e 05 - Situação do CPF

74. A Tabela 14 apresenta os resultados das Tipologias de cadastro 04 e 05, divididos pela situação do CPF e por indivíduo. A inscrição do CPF é Suspensa quando ocorre alguma inconsistência cadastral ou suspeita de óbito; Cancelada de Ofício quando ocorre a atribuição de mais de um número de inscrição para uma mesma pessoa, por decisão administrativa ou por determinação judicial; e Nula quando foi constatada fraude na emissão da inscrição.

75. Na análise de risco, os benefícios com risco mais elevado são aqueles com Titular ou Instituidor com inscrição Nula, Cancelada de Ofício ou Cancelada por Multiplicidade. Em segundo lugar os registros de Titular marcado como falecido pela Receita Federal. Por último, os registros de Titular ou Instituidor com inscrição Suspensa.

Tabela 14. Situação da Inscrição do CPF por Indivíduo da Maciça (Dez/2021)

Situação	Titular		Instituidor		Procurador		Representante	
	Total	DDB < 5	Total	DDB < 5	Total	DDB < 5	Total	DDB < 5
Suspensa	159.067	10.483	1.110.326	163.322	18	2	1.269	169
Titular Falecido	27.877	3.935	-	-	169	21	4.895	649
Cancelada por Multiplicidade	3.886	533	6.056	629	3	0	394	15
Nula	91	37	53	1	0	0	1	0
Cancelada de ofício	282	133	2.505	47	0	0	10	0
Total	191.203	15.121	1.118.940	163.999	190	23	6.569	833

Fonte: elaboração própria

Tipologia de Cadastro 23 e 24

76. Os dados cadastrais dos titulares foram divididos em blocos, utilizando como chave o resultado da função *soundex* do primeiro e do segundo nome do indivíduo. Na etapa seguinte, os pares de registros de cada bloco foram comparados entre si e foram guardados os pares com semelhança superior a 95%, conforme os critérios utilizados. Os resultados dessa comparação foram divididos em dois grupos:

- a) Tipologia de Cadastro 23: pares de registros com dados cadastrais semelhantes (nome, nome da mãe e data de nascimento), mas com CPF ou NIT diferente;
- b) Tipologia de Cadastro 24: CPF ou NIT iguais, mas com dados cadastrais diferentes (nome, nome da mãe e data de nascimento). Ex.: titular com dois benefícios e com erro de digitação no nome.

Tipologia de Cadastro 27 - NIT Indeterminado

77. Quando não é possível determinar a titularidade de um NIT no Cnis pelo fato de ele não possuir dados cadastrais suficientes, esse NIT é classificado como NIT indeterminado. Foram assim considerados os registros que não possuem nenhum dado cadastral ou quando não apresenta ao menos o nome do beneficiário e/ou data de nascimento.

78. O INSS possui um controle de rotina de atendimento que preconiza a atualização dos dados cadastrais antes da concessão do benefício. Nos casos de NIT indeterminado, a titularidade deve ser confirmada e os dados cadastrais atualizados pelo servidor do INSS, mediante apresentação de documentos pelo filiado/não filiado para que esse NIT possa ser utilizado em um eventual benefício.

79. Para os casos analisados em dezembro de 2021, dos 16.717 NITs que foram identificados na Maciça como indeterminados e mesmo assim utilizados para concessão de benefícios, 2.373 (14.19%) são NITs de titulares de benefícios, enquanto 14.344 (85.80%) foram instituidores de pensão. Dos casos em questão, apenas 222 (1.3%) trata-se de concessões realizadas nos últimos 5 anos, enquanto 16.495 casos (98.6%) correspondem a concessões mais antigas, com DDB anteriores a 5 anos.

Objeto no qual foi constatado

80. Folha de pagamento de benefício do INSS – Maciça de junho e dezembro de 2021.

Causa

81. Entre as possíveis causas do achado encontram-se:

- a) erros de digitação ou falhas no processo de inserção dos dados cadastrais. Por exemplo, alguns benefícios sem as informações do Instituidor, possuem as informações no processo em meio físico, mas não foram inseridas no sistema;
- b) falhas no processo de migração dos dados entre os sistemas do INSS. Um exemplo é a diferença no tamanho do campo de nome do sistema que gerencia os benefícios e a Maciça;
- c) legislação anteriormente em vigor, que permitia o registro de beneficiário com o CPF do cônjuge;

- d) ausência de regulamentação e controles internos referentes à situação da inscrição de CPF do Beneficiário;
- e) inconsistências geradas pelos NITs “faixa crítica”;
- f) inconsistências geradas pelos CPF de fácil memorização, que são validados pela regra do dígito verificador. Ex: “000.000.001-91” ou “000.000.002-72”;
- g) fraudes com falsificação documental.
- h) uso recente de NIT indeterminado sem atualização cadastral

Efeito

82. Banco de dados do INSS com informações imprecisas.

Critério

- 83. Art. 515 da IN-INSS 77/PRES/2015.
- 84. Layout e dicionário de dados da Maciça.
- 85. Art. 124-D da Lei 8.213/1991, incluído pela Lei 13.846/2019.

Conclusão da equipe

86. A tabela abaixo apresenta os resultados da auditoria em comparação com o último ciclo da Fiscalização Contínua (TC 036.871/2020-6). As tipologias 1, 2 e 24 tiveram sua metodologia alterada e, com isso, tiveram um aumento significativo na quantidade de benefícios identificados em 2021. As tipologias 23, 24, 25 e 26 possuem um alto custo de processamento e somente foram executadas para o mês de junho de 2021. Tais resultados foram utilizados na elaboração da referida tabela.

87. O total de indícios em dezembro de 2021 foi de 7,8 milhões e para os registros com DDB menor que cinco anos foi de 1,09 milhão. Em comparação com o período anterior, ocorreu um aumento de 26% no total de indícios, enquanto houve uma queda de 8% nos indícios com DDB menor que cinco anos.

88. Em relação à fiscalização anterior, constata-se acúmulo das ocorrências. Aproximadamente 60% dos resultados encontrados na fiscalização atual, referente a 2021, já haviam sido apontados no ciclo anterior. Uma das causas para explicar esse desempenho são os efeitos da pandemia, que reduziu e dificultou a capacidade de atendimento do INSS.

Tabela 15. Tipologias de Cadastro: Comparação de Dez/2020 e Dez/2021

N.	Nome	Dez/2020		Dez/2021		Novos Casos	
		Total	DDB < 5a	Total	DDB < 5a	Total	DDB < 5a
1	CPF com dados incompatíveis com a Receita Federal ⁽¹⁾	590.086	1.452	634.184	39.903	203.634	38.960
2	CPF inválido ⁽¹⁾	533.364	7.329	896.931	5.092	475.974	1.812
3	NIT inválido	298.988	244	623.740	267	416.727	117
4	CPF com situação cancelada ou nula (todas as pessoas)	101.689	15.874	46.222	6.000	38.507	5.345
5	CPF com situação suspensa (todas as pessoas)	1.532.513	509.277	1.270.680	173.976	143.728	12.508
6	Instituidor: com os dados do Titular	172.765	213	126.642	128	280	8
7	Instituidor: dados incompletos	584.973	34	853.762	64	423.670	49
8	Incompatibilidade entre o tratamento e a espécie	477	460	598	583	205	204
9	NIT: utilizado em benefícios com titular com diferentes CPFs	3.298	333	2.774	278	298	83
10	Titular: nome com caractere numérico, indevido ou com a expressão Tutor ou	40	0	32	2	2	2

N.	Nome	Dez/2020		Dez/2021		Novos Casos	
		Total	DDB < 5a	Total	DDB < 5a	Total	DDB < 5a
	Curador						
11	Titular: data de nascimento com divergência ou zerada	295.277	15.342	263.622	13.318	6.067	2.347
12	Titular: gênero com divergência	269.626	64.346	261.851	60.774	16.572	14.979
13	Titular: nome do titular igual o nome da mãe	27.069	4.765	25.743	4.509	1.178	1.070
14	Instituidor: nome com caractere numérico, indevido ou com a expressão Tutor ou Curador	14	1	12	1	-	-
15	Instituidor: data de nascimento com divergência ou zerada	200.550	9.397	188.463	8.255	2.094	1.181
16	Instituidor: gênero com divergência	57.000	14.832	57.467	13.477	4.053	2.521
17	Nome da Mãe: caractere numérico, indevido ou com a expressão Tutor ou Curador (todas as pessoas)	23.541	8.917	26.064	9.598	5.777	3.650
18	Procurador: com dados do titular	43	8	6.555	829	6.550	828
19	Representante Legal: com dados do titular	17.996	3.299	17.077	2.914	2.189	1.001
20	Titular: nomes abreviados	187.109	50.706	186.634	57.457	16.713	15.499
21	Nome da Mãe: nomes abreviados	1.305.043	473.926	1.473.144	528.997	240.833	176.357
22	Instituidor: nomes abreviados	30.007	5.171	29.871	6.094	2.122	1.797
23	Maciça: titular duplicado ⁽²⁾	609	332	2.616	456	2.211	252
24	Maciça: titular com erro nos dados cadastrais ⁽¹⁾⁽²⁾	830	47	866.488	160.779	865.269	160.704
25	Busca CPF: titular com CPF encontrado ⁽²⁾	53	4	0	0	0	0
26	Busca CPF: instituidor com CPF encontrado ⁽²⁾	415	7	1	0	1	0
27	NIT Indeterminado	-	-	16.717	222	16.717	222
	Total	6.233.375	1.186.316	7.877.890	1.093.973	2.891.371	441.496

Fonte: Elaboração própria.

(1) Ocorreu mudança na metodologia em 2021

(2) Valores de Junho/2021. As tipologias só foram executadas para essa referência.

89. Os benefícios com inconsistências identificados nas Tipologias de Cadastro não têm necessariamente erro ou ilegalidade na sua concessão e manutenção. Os registros identificados nos testes por apresentarem um nome abreviado possuem menor risco, enquanto registros com problemas em campos chave, como CPF ou NIT, possuem maior risco. Dessa maneira, com o objetivo de aumentar a credibilidade e a qualidade das informações, os dados cadastrais dos benefícios identificados devem ser revisados.

Evidência

N.	Arquivo	N.	Arquivo
01	P_MACICA_TPL_CAD_01.txt	15	P_MACICA_TPL_CAD_15.txt
02	P_MACICA_TPL_CAD_02.txt	16	P_MACICA_TPL_CAD_16.txt
03	P_MACICA_TPL_CAD_03.txt	17	P_MACICA_TPL_CAD_17.txt
04	P_MACICA_TPL_CAD_04.txt	18	P_MACICA_TPL_CAD_18.txt
05	P_MACICA_TPL_CAD_05.txt	19	P_MACICA_TPL_CAD_19.txt
06	P_MACICA_TPL_CAD_06.txt	20	P_MACICA_TPL_CAD_20.txt
07	P_MACICA_TPL_CAD_07.txt	21	P_MACICA_TPL_CAD_21.txt

N.	Arquivo	N.	Arquivo
08	P_MACICA_TPL_CAD_08.txt	22	P_MACICA_TPL_CAD_22.txt
09	P_MACICA_TPL_CAD_09.txt	23	P_MACICA_TPL_CAD_23.txt
10	P_MACICA_TPL_CAD_10.txt	24	P_MACICA_TPL_CAD_24.txt
11	P_MACICA_TPL_CAD_11.txt	25	P_MACICA_TPL_CAD_25.txt
12	P_MACICA_TPL_CAD_12.txt	26	P_MACICA_TPL_CAD_26.txt
13	P_MACICA_TPL_CAD_13.txt	27	P_MACICA_TPL_CAD_27.txt
14	P_MACICA_TPL_CAD_14.txt		

Proposta de encaminhamento

90. Determinar ao INSS, com fundamento no art. 4, da Resolução-TCU 315/2020, que adote, no prazo de um ano, providências com vistas a sanear os achados com DDB menor que cinco anos identificados nas Tipologias de Cadastro, por estarem em desacordo com o art. 124-D da Lei 8.213/1991.

91. Recomendar ao INSS, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avalie a conveniência e a oportunidade de sanear os achados com DDB maior que cinco anos identificados nas Tipologias de Cadastro, por estarem em desacordo com o art. 124-D da Lei 8.213/1991.

2.3. TIPOLOGIAS DE NEGÓCIO

92. Uma tipologia de negócio é um modelo composto pelo regramento legal desenvolvido para realizar teste substantivo nos pagamentos dos benefícios previdenciários. Por exemplo, pode-se testar se as pensões por morte ultrapassam ao teto previdenciário, o que é vedado por lei.

93. O resultado foi verificado para os meses de junho de 2021 e dezembro de 2021 buscando demonstrar o comportamento ao longo do exercício. Para cada um desses meses, constam a quantidade total de ocorrência e seu subconjunto com até cinco anos da data de concessão (data do despacho do benefício -DDB) para demonstrar a relação entre ocorrência recente e antiga. Por último, consta a separação das ocorrências com origem em despacho judicial e em despachos não judiciais.

94. O efeito potencial de cada tipologia foi estimado e deve ser considerado com prudência, já que somente após a análise caso a caso pelo INSS um indício de irregularidade poderá ser confirmado. Porém, é importante quantificá-lo levando-se em conta que, se não forem tomadas medidas corretivas, a eventual irregularidade se perpetuará, potencializando o dano. Algumas tipologias podem não apresentar efeito potencial financeiro ou não ser possível estimá-lo.

95. Como o benefício é pago mensalmente e sem prazo para encerramento, calculou-se o efeito potencial para treze meses (12 meses + 13º salário), de acordo com o §1º do art. 4º da Portaria Segecex 37, de 13 de dezembro de 2018.

2.3.1. TPL BP-E00-001 - Benefício superior ao teto do INSS ou superior ao limite do STF

Situação encontrada

96. Busca-se benefício previdenciário com pagamento superior ao teto do INSS em 2021, que foi R\$ 6.433,57. Adicionalmente, busca-se beneficiário que, em virtude de leis esparsas, pode ultrapassar ao teto do INSS, porém fica limitado ao teto do STF em 2021, que foi R\$ 39.293,32. Esse segundo grupo corresponde às espécies e tratamentos listados no Anexo III. A Tabela 16 apresenta o resultado.

Tabela 16 Resultado da TPL BP-E00-001

Referência Qtde	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5anos		Total		DDB < 5anos	
Judicial	166	8,83%	4	50,00%	161	8,91%	4	44,44%
Não judicial	1.713	91,16%	4	50,00%	1.644	91,08%	5	55,55%
Total	1.879	100,00%	8	100,00%	1.805	100,00%	9	100,00%
Efeito potencial mensal				R\$ 4.260.651				R\$ 4.089.207

Fonte: elaboração própria

Objeto no qual foi constatado

97. Folha de pagamentos Maciça do INSS.

Critério

Lei 8.213/1990.

98. Nota Técnica nº 25/2017/GT/CGIA/DATAPREV/PT/Nº76/INSS que contém os benefícios que podem ser superiores ao teto previdenciário, mas limitados ao teto do STF

Evidência

99. Lista de benefícios TPL_BP_E00_001.txt.

Causa

100. Com base em cruzamento dos dados, entre as possíveis causas pode-se citar a multiplicidade de regras de concessão de benefícios, falhas nos registros de informações laborativas ou cadastrais.

Efeito

101. Pagamento irregular em valor superior ao teto previdenciário ou ao teto do STF.

102. O valor do efeito potencial é a diferença entre o valor do benefício e o respectivo teto. Para dezembro de 2021, o valor do efeito potencial foi de R\$ 53.159.691 (R\$ 4.089.207 x 12 meses + 13°).

Conclusão da equipe

103. Encaminhar aos gestores o algoritmo e os dados referentes aos benefícios identificados.

Proposta de encaminhamento

104. Determinar ao INSS, com fundamento no art. 4, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que adote, no prazo de um ano, providências com vistas à revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-001, por estar em desacordo com Nota Técnica 25/2017 GT/CGIA/DATAPREV/PT/Nº76/INSS.

2.3.2. TPL BP-E00-002 - Acumulação indevida mesmo NIT ou CPF

Situação encontrada

105. Identificar titular de benefício com acumulação indevida de benefício previdenciário. Como regra, um benefício previdenciário não é acumulável a um segundo benefício, mas há exceções. Portanto, os benefícios foram agrupados pelo mesmo NIT ou CPF e comparados com a matriz de benefícios acumuláveis, a fim de listar apenas os casos de acumulação indevida. A Tabela 17 apresenta o resultado.

Tabela 17. Resultado da TPL BP-E00-002

Referência Qtde	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5anos		Total		DDB < 5anos	
Judicial	13.484	21,38%	1.947	40,22%	13.123	21,69%	1.890	38,85%
Não judicial	49.567	78,61%	2.893	59,77%	47.372	78,30%	2.974	61,14%
Total	63.051	100%	4.840	100%	60.495	100 %	4.864	100 %
Efeito potencial mensal				R\$ 57.164.325				R\$ 55.140.202

Fonte: elaboração própria

Objeto no qual foi constatado

106. Folha de pagamentos Maciça do INSS.

Critério

107. Lei 8.213/1990, art. 29, §2º; art. 41-A, §1º.

108. IN-INSS 77/PRES/2015, arts. 528, 529, 530, 531

109. ACP nº 0004485-40.2016.4.01.3000

110. Nota Técnica nº 25/2017/GT/CGIA/DATAPREV/PT/Nº76/INSS

Evidência

111. Lista de benefícios TPL_BP_E00_002.txt.

Causa

112. Erro cadastral no número CPF e NIT do titular. Por exemplo, uso do número fictício “00000000191”, que atende ao dígito verificador, para cadastrar CPF do titular de múltiplos benefícios. Para além de erro cadastral, pode ocorrer a concessão indevida de benefício não acumulável por falha nos controles internos.

Efeito

113. Pagamento irregular de benefício não acumulável. Ante a impossibilidade de identificar neste momento qual benefício deve permanecer, considera-se indevido o benefício de menor valor por ser mais favorável aos eventuais responsáveis. Nestes termos, para dezembro de 2021 o efeito potencial alcançou R\$ 716.822.626 (R\$ 55.140.202 x 12 meses + 13º).

Conclusão da equipe

114. Encaminhar aos gestores o algoritmo e os dados referentes aos benefícios não acumuláveis identificados, juntamente com a matriz de acumulação entre benefícios.

Proposta de encaminhamento

115. Determinar ao INSS, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que adote, no prazo de um ano, providências com vistas à revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-002, por estar em desacordo com o art. 20 da IN-INSS 77/PRES/2015.

2.3.3. TPL BP-E00-005 – Titular ou instituidor com inscrição do CPF cancelada ou nula

Situação encontrada

116. Busca-se identificar benefício previdenciário cujo titular ou instituidor tem CPF marcado pela Receita Federal do Brasil na situação atual cancelada ou nula. Conforme a IN RFB 1.548, de 12/2/2015, a inscrição será declarada nula quando for constatada fraude. Poderá ser declarada cancelada de ofício ou cancelada por multiplicidade quando houver mais de uma inscrição para a mesma pessoa. Destaca-se que essa marcação é feita exclusivamente pela Receita Federal do Brasil mediante seu próprio sistema. As tabelas abaixo apresentam os resultados para titular e instituidor de benefício previdenciário.

Tabela 18. Resultado TPL BP-E00-005 - titular

Referência Qtde	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5anos		Total		DDB < 5anos	
Judicial	526	8,73%	210	15,00%	389	9,13%	136	16,58%
Não judicial	5.497	91,26%	1.190	85,00%	3.870	90,86%	684	83,41%
Total	6.023	100%	1.400	100%	4.259	100 %	820	100 %
Efeito potencial mensal				R\$ 9.550.085				R\$ 5.869.709

Fonte: elaboração própria

Tabela 19. Resultado TPL BP-E00-005 - instituidor

Referência Qtde	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5anos		Total		DDB < 5anos	
Judicial	762	8,72%	232	26,48%	760	8,82%	214	25,87%
Não judicial	7.971	91,27%	644	73,51%	7.854	91,17%	613	74,12%
Total	8.733	100%	876	100%	8.614	100 %	827	100 %
Efeito potencial mensal				R\$ 13.192.721				R\$ 13.012.197

Fonte: elaboração própria

Objeto no qual foi constatado

117. Folha de pagamentos Maciça do INSS.

Critério

118. IN RFB n. 1.548 de 12/02/2015, Art. 21 c/c Art.17.

119. IN-INSS 77/PRES/2015, art. 515.

120. Nota Técnica nº 25/2017/GT/CGIA/DATAPREV/PT/Nº76/INSS

Evidência

121. Lista de benefícios TPL_BP_E00_005.txt.

Causa

122. Falha nos controles internos do INSS para verificar a situação da inscrição do CPF do titular ou do instituidor do benefício previdenciário.

Efeito

123. Pagamento de benefício previdenciário a titular ou instituidor com inscrição do CPF cancelada ou nula na base de dados da Receita Federal do Brasil, o que configura alto risco de pagamento irregular.

124. O valor do efeito potencial corresponde à soma dos pagamentos realizados cujo titular ou instituidor está com CPF em situação cancelado ou nulo no cadastro da Receita Federal do Brasil. Para dezembro de 2021 alcança R\$ 245.464.778,00 (R\$ 5.869.709,00 de titular + R\$ 13.012.197,00 de instituidor = R\$ 18.881.906,00 x 12 meses + 13°).

Conclusão da equipe

125. Encaminhar aos gestores o algoritmo e os dados referentes aos benefícios identificados.

Proposta de encaminhamento

126. Determinar ao INSS, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que adote, no prazo de um ano, providências com vistas à revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-005, por estar em desacordo com a IN-INSS 77/PRES/2015.

2.3.4. TPL BP-E00-007 – Titular falecido
Situação encontrada

127. Busca-se identificar benefício previdenciário cujo titular consta falecido no Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi), instituído por meio da Portaria do Ministério da Previdência Social (MPS) nº 847/2001 com objetivo de colher as informações de óbitos dos cartórios de registro civil de pessoas naturais do Brasil.

128. Assim como os dados da Maciça são qualificados para essa auditoria, também os dados do Sisobi passaram pelo mesmo processo antes de serem utilizados nesta tipologia. Os registros do Sisobi em dezembro de 2021 foram comparados com a base CPF da Receita Federal do Brasil, utilizando o CPF como chave. O resultado consta na Tabela 20,

Tabela 20. Resultado da comparação Sisobi x CPF

Critério de Certeza	Total	%
0 - Comparação direta	10.667.177	38,21%
1 – Combinado	4.159.044	14,90%
2 – Inconclusivo	2.063.414	7,39%
3 - Não combinado	63.036	0,23%
4 - CPF não informado	10.964.418	39,27%
Total	27.917.089	100,00%

Fonte: elaboração própria

129. O critério de certeza 0 indica registros com dados exatamente iguais entre Sisobi e CPF; com critério 1 são registros considerados iguais, porém somente após os dados do Sisobi serem qualificados; com critério 2 são registros impossíveis de afirmar a correspondência entre Sisobi e CPF, mesmo após a qualificação do Sisobi; com critério 3 são registros não correspondentes entre Sisobi e CPF; com critério 4 são registros do Sisobi que não possuem informação do CPF. A tipologia utilizou os registros do Sisobi com critério 0, 1 e 2, sendo desprezados os registros com critério 3 e 4 por representarem baixa confiabilidade. A Tabela 21 abaixo apresenta o resultado.

Tabela 21. Resultado TPL BP-E00-007

Referência Qtde	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5anos		Total		DDB < 5anos	
Judicial	1.049	13,80%	504	20,60%	1.014	14,42%	470	22,71%
Não judicial	6.548	86,19%	1.942	79,39%	6.015	85,57%	1.599	77,28%
Total	7.597	100,00%	2.446	100%	7.029	100%	2.069	100%
Efeito potencial mensal				R\$ 11.006.971				R\$ 10.262.114

Fonte: elaboração própria

Objeto no qual foi constatado

130. Folha de pagamentos Maciça do INSS.

Critério

131. Lei 8.213/1990.

132. IN-INSS 77/PRES/2015, art. 517.

Evidência

133. Lista de benefícios TPL_BP_E00_007.txt.

Causa

134. O Sisobi envolve a coleta de dados de centenas de cartórios espalhados pelo Brasil, com diferenças

significativas de infraestrutura tecnológica e o sistema tem evoluído ao longo de sua implementação. Porém, existem várias dificuldades dessa integração, podendo citar subdeclaração de falecimentos pelas famílias, ausência de envio das informações das certidões de óbito pelos cartórios, emissão de certidões de óbitos sem a informação do CPF do falecido.

Efeito

135. Pagamento de beneficiário previdenciário estando o titular falecido. O valor do efeito potencial foi calculado pela soma dos pagamentos indevidos e o montante para a referência de dezembro de 2021 foi R\$ 133.407.482,00 (R\$ 10.262.114,00 x 12 meses + 13°).

Conclusão da equipe

136. Encaminhar aos gestores o algoritmo e os dados referentes aos benefícios identificados.

Proposta de encaminhamento

137. Determinar ao INSS, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que adote, no prazo de um ano, providências com vistas à revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-007, por estar em desacordo com a IN-INSS 77/PRES/ 2015, art. 517.

2.3.5. TPL BP-E00-003 – Benefícios de invalidez, auxílio-doença, renda mensal vitalícia ou amparos com titular na folha de pagamento federal ou estadual

Situação encontrada

138. A tipologia identifica os titulares de benefícios que retornaram voluntariamente ao trabalho, segmentando por espécies de benefício:

- a) aposentadorias por invalidez (do trabalhador rural; acidentária do trabalhador rural; do empregador rural; previdenciária; aeronauta; do ex-combatente marítimo; do ex-sasse; e por acidente do trabalho; respectivamente, códigos 04, 05, 06, 32, 33, 34, 83 e 92);
- b) rendas mensais vitalícias (por incapacidade e por idade; respectivamente, códigos 30 e 40);
- c) amparos previdenciários (por invalidez do trabalhador rural e por idade do trabalhador rural; respectivamente, códigos 11 e 12);
- d) auxílio-doença (acidentário do trabalhador rural; do trabalhador rural; previdenciário; do ex-combatente; e por acidente do trabalho; respectivamente, códigos 10, 13, 31, 35 e 91).

139. As Tabela 22, Tabela 23 e Tabela 24 apresentam os resultados para o Siape, ExtraSiape (folha de pagamentos do Judiciário, Legislativo, Militares e Bacen) e Folha de Pagamentos de Estados e Municípios que foram enviadas pelos Tribunais de Contas Estaduais, respectivamente.

140. Os achados foram divididos pela situação do servidor. Os registros com situação “Excluído” tiveram o vínculo encerrado e os registros com situação “Falecido” ou “Ativo” possuem maior risco, dessa maneira, apenas os benefícios nessas situações foram considerados no cômputo do efeito potencial.

141. Considerando que os benefícios identificados devem ser tratados a partir do caso concreto, todos os achados serão encaminhados para a unidade jurisdicionada.

Tabela 22. Resultado TPL BP-E00-003 - Siape

Despacho	Referência Situação Servidor	2021/06		2021/12	
		Total	DDB < 5anos	Total	DDB < 5anos
Judicial	Excluído	3	3	4	4
	Inativo	231	99	228	93
	Falecido	3	1	3	0
	Ativo	124	60	112	58
Não judicial	Excluído	25	23	24	24
	Inativo	2.625	510	2.500	454
	Falecido	18	1	17	1
	Ativo	1.191	739	1.215	796
Total		4.220	1.436	4.103	1.430
Efeito potencial mensal		R\$ 4.740.217,55		R\$ 4.862.289,23	

Fonte: elaboração própria

Tabela 23. Resultado TPL BP-E00-003 - ExtraSiape (Judiciário, Legislativo, Militares e Bacen)

Despacho	Referência Situação Servidor	2021/06		2021/12	
		Total	DDB < 5 anos	Total	DDB < 5 anos
Judicial	Excluído	12	4	12	4
	Inativo	135	64	135	68
	Falecido	64	48	60	53
	Ativo	29	27	19	19
	Ativo com licença pelo INSS	12	4	12	4
Não judicial	Excluído	93	13	92	16
	Inativo	1.159	271	1.112	255
	Falecido	11	1	12	0
	Ativo	897	783	1.048	960
	Ativo com licença pelo INSS	468	412	509	468
Total		2.868	1.623	2.999	1.843
Efeito potencial mensal		R\$ 4.060.955,31		R\$ 4.838.758,70	

Fonte: elaboração própria

Tabela 24. Resultados TPL BP-E00-003 - Servidores Estaduais e Municipais

Despacho	Referência Situação Servidor	2020/06		2020/12	
		Total	DDB < 5anos	Total	DDB < 5anos
Judicial	Excluído	586	311	671	395
	Inativo	1.019	549	1.202	656
	Falecido	634	112	663	127
	Ativo	1.661	990	2.400	1.552
Não judicial	Excluído	4.027	1.056	4.568	1.641
	Inativo	5.904	1.310	6.888	1.462
	Falecido	2.781	175	2.786	185
	Ativo	11.186	6.056	18.459	11.557
Total		27.798	10.559	37.637	17.575
Efeito potencial mensal		R\$ 30.011.902,40		R\$ 48.369.817,79	

Fonte: elaboração própria

Objeto no qual foi constatado

142. Folha de pagamentos do INSS.

Critério

143. Lei 8.213/1990.

144. IN-INSS 77/PRES/2015. Art. 220

145. Nota Técnica nº 25/2017/GT/CGIA/DATAPREV/PT/Nº76/INSS

Evidência

146. Lista de benefícios:

- a) TPL_E00_003_EXTRASIAPE.txt
- b) TPL_E00_003_SIAPE.txt
- c) TPL_E00_003_TCE.txt

Causa

147. As informações das folhas de pagamentos Federais e Estaduais foram consolidadas pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCU por meio de solicitações de informações e acordos de cooperação. Considerando o esforço e a dificuldade para obter as informações, uma das causas é a dificuldade no acesso a tais informações.

Efeito

148. Pagamento indevido de benefício.

149. O valor do efeito potencial foi calculado pela soma dos pagamentos para os benefícios com situação do servidor “Falecido” ou “Ativo” e o valor para a referência de dezembro de 2020 foi de R\$ 754.921.254,36 (R\$ 58.070.865,72 x 12 meses + 13).

Conclusão da equipe

150. Encaminhar aos gestores o algoritmo e os dados referentes aos benefícios identificados

Proposta de encaminhamento

151. Determinar ao INSS, com fundamento na Resolução-TCU 315/2020, art. 4º, que adote, no prazo de um ano, providências para a revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-003 por estar em desacordo com a IN-INSS 77/PRES/2015 e a Nota Técnica 25/2017 GT/CGIA/DATAPREV/PT/Nº76/INSS.

2.3.6. TPL BP-E00-004 - Benefícios por Invalidez, Auxílio-doença, Renda Mensal Vitalícia ou Amparos com Titular na Rais

Situação encontrada

152. O objetivo da tipologia é identificar beneficiários que estiveram ou estão constando de registros da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) como exercentes de atividade remunerada em data posterior ao despacho dos benefícios, situação vedada pelas respectivas normas de regência:

- a) aposentadorias por invalidez (do trabalhador rural; acidentária do trabalhador rural; do empregador rural; previdenciária; aeronauta; do ex-combatente marítimo; do ex-sasse; e por acidente do trabalho; respectivamente, códigos 04, 05, 06, 32, 33, 34, 83 e 92);
- b) rendas mensais vitalícias (por incapacidade e por idade; respectivamente, códigos 30 e 40);
- c) amparos previdenciários (por invalidez do trabalhador rural e por idade do trabalhador rural; respectivamente, códigos 11 e 12);
- d) auxílio-doença (acidentário do trabalhador rural; do trabalhador rural; previdenciário; do ex-combatente; e por acidente do trabalho; respectivamente, códigos 10, 13, 31, 35 e 91).

153. Neste sentido, a partir da base de dados da Maciça, do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e de dados do Tribunal Superior Eleitoral, aplicaram-se os seguintes critérios cumulativos para filtrar os benefícios focos da tipologia:

- a) benefícios cujos dados dos titulares estão em conformidade com os critérios de certeza 0, 1, 2, 4 e 6 (atributo de acurácia), na comparação da Maciça com as bases de CPF, da Receita Federal, e do Título de Eleitor, do Tribunal Superior Eleitoral;
- b) benefícios em que o CPF do titular está nas bases Maciça e Rais (período de 2016 a 2020) e os dados de nome são similares, conforme resultados de aplicação do algoritmo de distância Levenshtein;
- c) benefícios em que o ano do registro da Rais é posterior ao ano do despacho do benefício.

154. No que se refere aos benefícios da espécie auxílio-doença (códigos 10, 13, 31, 35 e 91), a fim de diminuir casos de falsos-positivos, a tipologia desconsidera os meses da Rais nos quais há registro de afastamento pelos motivos dos seguintes códigos, pois podem corresponder ao suporte fático para a concessão do benefício: 10. Acidente do trabalho típico (que ocorre no exercício de atividades profissionais a serviço da empresa); 20. Acidente do trabalho de trajeto (ocorrido no trajeto residência – trabalho – residência); 30. Doença relacionada ao trabalho; 40. Doença não relacionada ao trabalho.

155. A fim de melhorar a assertividade dos indícios, foram realizados os seguintes ajustes na tipologia em relação ao ciclo anterior:

- a) adotou-se somente os dados das Rais dos últimos cinco anos e não mais o período de dez anos;
- b) substituído o algoritmo Jaro-Winkler pelo Levenshtein na comparação dos dados de nome;
- c) não se aplica mais algoritmo de comparação no campo de data de nascimento, ficando a nota de similaridade restrita aos campos de nome;
- d) retificou-se o algoritmo anterior, de modo a evitar que um mesmo número de benefício (NU_NB) fosse contado em mais de um grupo de acordo com o ano em que o titular apareceu na Rais (no presente caso, os grupos 2020 e entre 2016 a 2019).

156. Os resultados da tipologia estão segmentados em faixas relativas ao último exercício em que o titular constou da Rais, como demonstrado na Tabela 25:

Tabela 25. Resultados da TPL BP-E00-004

Referência		2021/06				2021/12			
Qtd. Benefícios		4.487.553				4.474.314			
	Último exercício em que constou da Rais	Total		DDB < 5 anos		Total		DDB < 5 anos	
Judicial	2020	6.522	11,0%	4.772	14,5%	5.298	10,3%	3.760	14,4%
	Entre 2016 a 2019	5.975	10,1%	3.392	10,3%	5.164	10,0%	2.513	9,7%
Não Judicial	2020	25.057	42,4%	15.181	46,1%	21.933	42,5%	12.459	47,9%
	Entre 2016 a 2019	21.594	36,5%	9.578	29,1%	19.157	37,2%	7.296	28,0%
Total		59.148	100%	32.923	100%	51.552	100%	26.028	100%
Efeito potencial mensal (*)		63.414.705,36				55.195.080,42			

Obs: (*) O efeito potencial se restringe às ocorrências em que o titular do benefício constou da Rais do exercício de 2019, por ser o parâmetro mais recente e de maior risco.

157. Dessa forma, 59.148 benefícios em junho de 2021 e 51.552 em dezembro de 2021 foram apontados pela tipologia como incompatíveis com a situação fática de seus titulares em algum momento de suas vigências, visto que as normas legais relativas a tais prestações só admitem a concessão a pessoas que não estejam em exercício de atividade remunerada, seja temporária ou definitiva.

158. Atenta-se para o risco de a situação de incompatibilidade ainda perdurar atualmente, principalmente para as ocorrências relativas ao ano Rais 2020, último período até então disponível.

159. A fim de se obter informação indicativa da possível situação atual do titular do benefício para os resultados relativos ao ano Rais 2020, estes foram divididos em grupos conforme a quantidade de meses em que o titular empregado teve remuneração e a média mensal desta em termos do salário-mínimo (SM) vigente, conforme tabela a seguir:

Tabela 26. Resultados da TPL BP-E00-004 - Ano Rais 2020

Referência		2021/06				2021/12			
Grupo		Total		DDB < 5 anos		Total		DDB < 5 anos	
Judicial	1 - Remuneração em todos os meses e média maior ou igual a 1 SM	1.393	4,41%	799	4,00%	1.082	4,50%	584	3,60%
	2 - Remuneração em parte dos meses e média maior ou igual a 1 SM	2.683	8,50%	2.193	10,99%	2.069	4,70%	1.666	10,27%
	3 - Remuneração com média abaixo de 1 SM	2.446	7,75%	1.780	8,92%	2.147	5,30%	1.510	9,31%
Não Judicial	1 - Remuneração em todos os meses e média maior ou igual a 1 SM	7.425	23,51%	3.543	17,76%	6.461	25,70%	2.888	17,81%
	2 - Remuneração em parte dos meses e média maior ou igual a 1 SM	9.000	28,50%	6.278	31,46%	7.644	26,10%	5.050	31,14%
	3 - Remuneração com média abaixo de 1 SM	8.632	27,33%	5.360	26,86%	7.828	33,50%	4.521	27,87%
		31.579	100,00%	19.953	100,00%	27.231	100,00%	16.219	100,00%

Fonte: elaboração própria.

160. O Grupo 1 indicado se refere aos casos em que o titular trabalhou o ano inteiro de 2020 e o Grupo 2, em parte do ano. A informação relativa aos Grupos 1 e 2, para os quais as médias remuneratórias foram acima de um SM, fornece indício de que o titular pode estar trabalhando atualmente.

161. Já o Grupo 3, referente a remunerações com média abaixo de um SM, é indicativo, mas não

conclusivo, de possível interrupção do vínculo trabalhista do titular, já que, por hipótese, os valores remuneratórios residuais relativos a fração do último mês de trabalho (mês incompleto) são menores que um SM e puxam a média para baixo.

162. Em relação às ocorrências relativas aos anos Rais de 2016 a 2019, o risco também existe, visto se referirem a vínculos trabalhistas recentes, porém é mais baixo que na primeira situação.

Objeto no qual foi constatado

163. Benefícios de Aposentadorias por Invalidez pagos em junho e dezembro de 2021.

164. Rendas Mensais Vitalícias pagas em junho e dezembro de 2021.

165. Benefícios de Amparos Previdenciários pagos em junho e dezembro de 2021.

166. Benefícios de Auxílio-Doença pagos em junho e dezembro de 2021.

Critério

167. Lei 8.213/1991, art. 42.

168. Lei 8.213/1991, art. 139, § 1º (revogado pela Lei 9.528/97).

169. Lei 8.742/1993, art. 20, *caput*.

170. Lei 8.213/1991, art. 59.

Evidência

171. Lista de benefícios TPL_BP_E00_004_2021.TXT.

Causa

172. Entre as possíveis causas, cita-se a ausência de acesso à base de dados da Rais por parte do INSS, o que inviabiliza esta autarquia de tomar iniciativas a partir de tal fonte de informação, como realizar procedimentos de controle de rotina ou diligências em casos suspeitos de incompatibilidade. Embora o INSS exerça atividades de controle com o uso do Cadastro Nacional de Informações Sociais (Cnis), alimentado com dados da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (Gfip), ressalta-se que pode haver informações distintas sobre atividades trabalhistas de empregados na Rais e no Cnis. Tem-se, ainda, que a averiguação dos indícios em cada caso pode revelar deficiências nos controles internos do INSS, quando da concessão e/ou acompanhamento dos benefícios.

Efeito

173. Risco de pagamento irregular de benefícios.

174. O valor do efeito potencial foi calculado pela soma dos pagamentos possivelmente indevidos relativamente às ocorrências em que em que o titular do benefício constou da Rais do exercício de 2020 e o valor para a referência de dezembro de 2021 foi de R\$ 717.536.045,46 (R\$ 55.195.080,42x 12 meses + 13º).

Conclusão da equipe

175. A situação encontrada denota indícios de incompatibilidades de benefícios previdenciárias com possíveis atividades remuneradas exercidas por seus titulares. Não obstante a Rais seja uma relação de natureza declarativa, os indicativos de atividade laboral nela informados devem ser apurados, ao menos por amostragem.

176. Do exposto, considera-se pertinente a atuação preventiva do INSS no sentido de apurar as ocorrências de incompatibilidade dos benefícios apontados na presente tipologia com possíveis atividades remuneradas exercidas pelos respectivos titulares, em desacordo com a legislação aplicável.

Proposta de encaminhamento

177. Determinar ao INSS, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que adote, no prazo de um ano, providências com vistas à apuração e revisão de ocorrências de incompatibilidade dos benefícios apontados pela tipologia TPL BP-E00-004 com possíveis atividades remuneradas

exercidas pelos respectivos titulares, por estarem, se confirmadas, em desacordo com os arts. 42, 59 e 139, § 1º (vigente à época da concessão) da Lei 8.213/1991 e com o art. 20, *caput*, da Lei 8.742/1993.

2.3.7. TPL BP-E21-007 - Pensão por morte paga a dependentes, cuja soma de pagamentos supera o teto previdenciário

Situação encontrada

178. Busca-se benefício pensão por morte no qual a soma das parcelas pagas a vários herdeiros ultrapassa o valor do teto previdenciário em 2021 que foi R\$ 6.433,57. Um exemplo em dezembro de 2021 pode exemplificar melhor:

Tabela 27. Exemplo da TPL BP-E00-004

CPF Instituidor	Número do benefício	CPF Titular	Valor do benefício	Valor por instituidor	Teto INSS
XXXXXXXX830	XXXXXXXX255	XXXXXXXX859	R\$ 3.982,84	R\$ 7.965,68	R\$ 6,433,57
	XXXXXXXX119	XXXXXXXX815	R\$ 3.982,84		

Fonte: elaboração própria

179. No exemplo, a soma dos dois benefícios oriundos de um mesmo instituidor ultrapassa ao teto previdenciário, o que configura indício de pagamento indevido na parcela superior ao teto. A Tabela 28 apresenta o levantamento quantitativo de resultados:

Tabela 28. Resultados TPL BP-E21-007 agrupados pelo CPF do instituidor da pensão

Referência Qtde	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5anos		Total		DDB < 5anos	
Judicial	50	5,72%	16	8,12%	48	5,75%	18	10,90%
Não judicial	823	94,27%	181	91,87%	786	94,24%	147	89,09%
Total	873	100%	197	100%	834	100%	165	100%
Efeito potencial mensal				R\$ 735.562				R\$ 711.345

Fonte: elaboração própria

Objeto no qual foi constatado

180. Pensão por morte com benefícios desdobrados na Maciça.

Critério

181. Lei 8.213/1990, art. 29, §2º; art. 41-A, §1º.

182. Portaria 914-Ministério da Economia, de 13/1/2020, art. 2º.

Evidência

183. Lista de benefícios TPL_BP_E21_007.txt

Causa

184. Inconsistências no cálculo da parcela da pensão e nos controles internos que permitem o pagamento com valor superior ao teto.

Efeito

185. Pagamento irregular em valor superior ao teto da previdência social. Considera-se efeito potencial a parcela que ultrapassa ao teto previdenciário. Para dezembro de 2021 alcançou R\$ 9.247.485,00 (R\$ 711.345,00 x 12 meses + 13º).

Conclusão da equipe

186. Não foi possível identificar nexos de causalidade entre a conduta do gestor atual e a irregularidade, uma vez que o trabalho se desenvolveu com base em cruzamento de dados. Não se mostrou plausível

investigar a conduta pretérita de cada responsável por incluir ou manter dados na Maciça. O mais adequado é que o INSS verifique se há justificativa legal para que o valor pago a esses benefícios seja superior ao teto previdenciário.

Proposta de encaminhamento

187. Determinar ao INSS, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que, no prazo de um ano, adote providência com vistas à revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E21-007, por estar em desacordo com art. 29, §2º; art. 41-A, §1º, da Lei 8.213/1990 e art. 2º da Portaria 914-Ministério da Economia, de 13/1/2020.

2.3.8. TPL BP-E21-008 - Pensão por morte desdobrada com valor desigual para dependentes ou quantidade de dependentes inconsistente

Situação encontrada

188. Trata-se do benefício pensão por morte na hipótese frequente de um mesmo instituidor dividir o benefício entre vários titulares na Maciça. O caso oposto serve para o bom entendimento, pois um instituidor deixa apenas um beneficiário, o qual se torna titular único do recebimento. Já no caso de desdobramento, o instituidor divide o valor do benefício entre vários titulares e busca-se identificar inconsistência nesse desdobramento.

189. A partir da seleção de todos os benefícios desdobrados, a situação mais gravosa é um mesmo titular receber mais de uma parcela da pensão por morte, o que configura em princípio acumulação indevida. Um exemplo está demonstrado na Tabela 29.

Tabela 29. Exemplo de benefício desdobrado para um mesmo titular

CPF Instituidor	Número do benefício	CPF Titular	Valor benefício
XXXXXXXXX553	XXXXXXXXX772	XXXXXXXXX500	R\$ 1.100,00
XXXXXXXXX553	XXXXXXXXX256	XXXXXXXXX500	R\$ 1.100,00

Fonte: elaboração própria

190. Não é aceitável, no exemplo, que um mesmo titular receba duas parcelas da pensão de um mesmo instituidor, restando configurado cenário de recebimento indevido de duas parcelas. A tabela abaixo apresenta os resultados quantitativos para essa situação.

Tabela 30. Resultados TPL BP-E21-008 agrupados pelo CPF do instituidor da pensão

Referência Qtde	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5anos		Total		DDB < 5anos	
Judicial	141	2,07%	504	62,29%	138	2,16%	31	10,06%
Não judicial	6.667	97,92%	305	37,70%	6.242	97,83%	277	89,93%
Total	6.808	100%	809	100%	6.380	100%	308	100%
Efeito potencial mensal				R\$ 3.604.246				R\$ 3.371.304

Fonte: elaboração própria

Objeto no qual foi constatado

191. Pensão por morte com benefícios desdobrados na Maciça.

Critério

192. Lei 8.213/1990, arts. 75 e 77.

Evidência

193. Lista de benefícios TPL_BP_E21_008.txt

Causa

194. Com base em cruzamento dos dados, a causa pode estar relacionada a erro de cadastro na Maciça e controles internos ainda frágeis do INSS quanto à gestão da Maciça.

Efeito

195. Erro cadastral na Maciça quanto à pensão por morte com um mesmo titular recebendo mais de um benefício desdobrado da pensão por morte. Para estimativa do efeito potencial considera-se devido o benefício desdobrado de maior valor por ser mais favorável ao beneficiário. A soma do valor dos demais desdobramento considerou-se pagamento indevido que para dezembro de 2021 alcançou efeito potencial de R\$ 43.826.952,00 (R\$ 3.371.304,00 x 12 meses + 13°).

Conclusão da equipe

196. Não foi possível identificar o nexo de causalidade entre a conduta do gestor atual e a irregularidade, uma vez que o trabalho se desenvolveu com base em cruzamento e análise de dados históricos. Não se mostrou plausível investigar a conduta pretérita de cada responsável por incluir ou manter dados no sistema do INSS. O mais adequado é que o INSS verifique caso a caso as pensões por morte com inconsistências no desdobramento, seguindo a trilha de evidência relatada.

Proposta de encaminhamento

197. Determinar ao INSS, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que, no prazo de um ano, adote providência com vistas à revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E21-008, por estar em desacordo com arts. 75 e 77 da Lei 8.213/1990.

2.3.9. TPL BP-E21-009 – Manutenção do pagamento de pensão por morte após o prazo legal estabelecidoSituação encontrada

198. Trata-se de benefícios de pensão por morte onde a Data do Início do Benefício (DIB) é posterior a 17 de julho de 2015 e o pagamento da pensão perdurou por parcelas em desacordo com o estabelecido na Lei nº 13.135/2015.

199. Consoante Art. 77, §2º, da Lei 13.135/2015, o direito à percepção da cota individual cessará transcorrido determinados períodos estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado. Tal período varia de 3 anos até a percepção vitalícia.

200. A Tabela 27 demonstra a quantidade de períodos que o beneficiário fará jus ao recebimento da pensão, a depender de sua idade no óbito do segurado.

Tabela 31. Relação de períodos de recebimento versus idade

Período de Recebimento	Idade do beneficiário na data de óbito do segurado
3 anos	Menos de 21 anos de idade
6 anos	Entre 21 e 26 anos de idade
10 anos	Entre 27 e 29 anos de idade
15 anos	Entre 30 e 40 anos de idade
20 anos	Entre 41 e 43 anos de idade
Vitalícia	A partir de 44 anos de idade

Fonte: elaboração própria

201. O objetivo da tipologia é identificar os pagamentos de pensão que não foram cessados após os prazos legais estabelecidos na Lei 13.135/2015.

202. A partir da seleção de benefícios de pensão por morte com DIB posterior a 17 de julho de 2015, foram identificados 73 benefícios na Maciça de junho/2021 e 125 benefícios na Maciça de dezembro/2021 que, segundo informações constantes no Sirc, o titular e o instituidor da pensão possuíam vínculo matrimonial e o beneficiário recebeu parcelas além do limite estabelecido na lei.

203. A Tabela 32 apresenta os resultados:

Tabela 32. Resultados TPL BP-E21-009 agrupados por faixa de idade do beneficiário no óbito

Faixa etária	2021/06	2021/12
Menos de 21 anos	74	124
Entre 21 e 26 anos	0	1
Entre 27 e 29 anos	0	0
Entre 30 e 40 anos	0	0
Entre 41 e 43 anos	0	0
A partir de 44 anos	0	0
Efeito potencial mensal	R\$ 172.907	

Fonte: elaboração própria

204. Nessa tipologia não se faz necessário a análise da DDB visto que todas as concessões são recentes e posteriores a promulgação da Lei 13.135/2015.

Objeto no qual foi constatado

205. Parcelas de pensão por morte pagas além do limite legal.

Critério

206. Lei 8.213/1990, art. 77, com a redação dada pela Lei 13.135/2015.ência

207. Lista de benefícios TPL_BP_E21_009.TXT.

Causa

208. Ausência de controle que impeça o pagamento de benefícios após o limite legal de parcelas estabelecidos na legislação.

Efeito

209. A ausência do controle que impeça o pagamento de benefícios após seu prazo legal acarreta o pagamento de parcelas além do que o beneficiário teria direito. O valor do efeito potencial para dezembro de 2021 foi de R\$ 2.247.795,00 (R\$ 172.907,34 x 12 meses + 13°).

Conclusão da equipe

210. Não foi possível identificar o nexo de causalidade entre a conduta do gestor atual e a irregularidade, uma vez que o trabalho se desenvolveu com base em cruzamento e análise de dados históricos. Não se mostrou plausível investigar a conduta pretérita de cada responsável por incluir ou manter dados no sistema do INSS, ou mesmo, o responsável por eventual erro do próprio sistema. O mais adequado é que o INSS verifique caso a caso as pensões por morte, seguindo a trilha de evidência relatada.

Proposta de encaminhamento

211. Determinar ao INSS, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que, no prazo de um ano, adote providência com vistas à revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E21-009, por estar em desacordo com art. 77 da Lei 8.213/1990 e estabeleça um controle para evitar possíveis casos.

2.3.10. TPL BP-E41-001 - Aposentadoria por idade que não atende ao critério de idade conforme o gênero e a clientela do beneficiário

Situação encontrada

212. A aposentação por idade é segmentada por gênero (masculino e feminino) e clientela (urbano ou rural). Nessa modalidade de aposentadoria é necessário vencer a carência de contribuição e atingir a idade mínima. Busca-se detectar benefício previdenciário que não atende ao critério da idade.

213. A indicação correta do gênero na Maciça, se masculino ou feminino, é primordial, pois gera condição diferente de aposentação, já exige idade mínima menor no caso feminino.

214. Para a clientela urbana, homem aposenta-se com 65 anos de idade e mulher, aos 60 anos caso aposente-se até 2019 e 61 anos, caso aposente-se em 2021, nos termos da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 (reforma previdenciária 2019). Para a clientela rural, 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher.

215. Ante a importância da precisão cadastral de gênero, a conferência do gênero cadastrado na Maciça foi feita em face do sistema CPF da Receita Federal do Brasil. Caso convergentes, aceita-se como correto o gênero constante na Maciça. Caso divergentes, o gênero constante na Maciça foi alterado para corresponder ao primeiro nome do beneficiário. Por exemplo, José indica masculino, Maria indica feminino. Essa alteração foi feita com base em tabela auxiliar que contém primeiros nomes em português com alta certeza de indicarem o gênero. Nomes considerados unissex foram excluídos da análise. Diante da Maciça qualificada com o gênero correto foi feito o teste da idade mínima necessária para aposentação a fim de identificar benefício concedido antes da idade mínima. Não é testado o período de carência de contribuição nesta tipologia. A tabela abaixo fornece exemplo para esclarecer.

Tabela 33. Exemplo de TPL BP-E41-001

CPF Titular	Clientela	Gênero Maciça qualificada	Aposentadoria por idade			
			Data	Idade	Idade mínima	Valor atual
XXXXXXXX168	Urbana	Masc	25/7/2008	58	65	3.387,45
XXXXXXXX159	Urbana	Fem	25/3/2015	55	60	3.414,09
XXXXXXXX620	Rural	Masc	25/11/2014	52	60	1.100,00
XXXXXXXX372	Rural	Fem	28/3/20212	53	55	1.100,00

Fonte: elaboração própria

216. Considera-se indevido o valor atual, uma vez que o ato de aposentação se mostra inadequado. No entanto, é imperativo admitir a complexidade a respeito do encaminhamento pelo INSS, uma vez que envolve eventual suspensão de benefício já concedido. Para efeito dessa tipologia, no entanto, mostra-se adequado considerar potencialmente inválido o pagamento integral. As tabelas abaixo apresentam os resultados para clientela urbana e rural.

Tabela 34. Resultados TPL BP-E41-001-Rural

Referência	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5anos		Total		DDB < 5anos	
Judicial	664	23,58%	216	64,86%	696	25,24%	237	64,93%
Não judicial	2.151	76,41%	117	35,13%	2.061	74,75%	128	35,06%
Efeito potencial	2.815	100,00%	333	100,00%	2.757	100,00%	365	100,00%
				R\$ 3.099.010				R\$ 3.035.213

Fonte: elaboração própria

Tabela 35. Resultados TPL BP-E41-001-Urbano

Referência Qtde	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5anos		Total		DDB < 5anos	
Judicial	4.104	44,40%	2.581	46,09%	4.338	43,28%	2.616	43,14%
Não judicial	5.139	55,59%	3.018	53,90%	5.683	56,71%	3.447	56,85%
	9.243	100,00%	5.599	100,00%	10.021	100,00%	6.063	100,00%
Efeito potencial	R\$ 13.944.481				R\$ 15.450.463			

Fonte: elaboração própria

Objeto

217. Folha de pagamentos Maciça do INSS.

Critério

218. Lei 8.213/1990, art. 48, §1.

Evidência

219. Lista de benefícios TPL_BP_E41_001_Urbano.

220. Lista de benefícios TPL_BP_E41_001_Rural.

Causa

221. A causa pode estar relacionada a erro cadastral na Maciça ou tentativa de fraude na indicação de gênero.

Efeito

222. Concessão e pagamento irregular de benefício previdenciário por não atender a critério de idade, gênero e clientela. O valor do efeito potencial corresponde à soma dos pagamentos realizados para cujo titular aposentou-se precocemente. Para dezembro de 2021 e considerando a soma da clientela urbana e rural, o valor alcança R\$ 240.313.788,00 (R\$ 3.035.213,00 rural + R\$ 15.450.463,00 urbano = R\$ 18.485.676,00 x 12 meses + 13°).

Conclusão da equipe

223. Não foi possível identificar nexo de causalidade entre a conduta do gestor atual e a irregularidade, uma vez que o trabalho se desenvolveu apenas com base em cruzamento e análise de dados históricos. Não se mostrou plausível investigar a conduta pretérita de cada responsável por incluir ou manter dados na Maciça. O mais adequado é que o INSS verifique essas aposentadorias por idade que contém informação de não atender ao critério de idade, sexo e clientela, seguindo as trilhas de evidências relatadas.

Proposta de encaminhamento

224. Determinar ao INSS, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que, no prazo de um ano, adote providência com vistas à revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E41-001, por estar em desacordo com art. 48, §1º, da Lei 8.213/1990.

2.3.11. TPL BP-E31-001 – Auxílios-doença sem data de cessação

Situação encontrada

225. O objetivo é identificar os benefícios de Auxílio Doença (espécie 31) cujos registros estão sem a data da cessação do benefício (DCB).

226. A tipologia foi aplicada aos registros do mês de junho e dezembro de 2021 e os resultados estão demonstrados na tabela a seguir, resumidos em quantitativos segregados por mês de referência e categorizados entre concessões judiciais e não judiciais:

Tabela 36. Resultados da TPL BP-E31-001 – Auxílios-doença sem data de cessação

Referência Qtde	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5anos		Total		DDB < 5anos	
Judicial	127.431	44,2%	72.061	46,5%	60.959	31,7%	41.256	32,4%
Não judicial	160.939	55,8%	82.898	53,5%	131.248	68,3%	86.245	67,6%
Total	288.370	100%	154.959	100%	192.207	100%	127.501	100%
Efeito potencial	Não aplicável				Não aplicável			

Fonte: elaboração própria.

Objeto no qual foi constatado

227. Benefícios Auxílio-Doença pagos em junho e dezembro/2021.

Critério

228. Lei 8.213/1991, arts. 59, caput, e 60, §§ 8º e 9º.

Evidência

229. Lista de benefícios TPL_BP_E31_001_2021.TXT.

Causa

230. Entre as causas possíveis, podem-se relacionar falhas no cadastramento dos benefícios e omissões do prazo estimado para a duração do benefício nos próprios atos concessivos, tanto os de natureza administrativa quanto as decisões judiciais.

231. Além disso, o elevado percentual de omissões nos casos de benefícios concedidos judicialmente (entre 31 e 33% no mês de dezembro/2021) reflete ainda que a judicialização das causas previdenciárias contribuiu em grande medida para a situação encontrada.

232. A isso se agrega a ausência de previsão normativa da obrigatoriedade de fixação de prazo de duração do benefício, que foi remediada com a edição da Medida Provisória 739/2016, convertida na Lei 13.457/2017, a qual incluiu os §§ 8º e 9º ao art. 60 da Lei 8.213/1991.

Efeito

233. Prejuízo ao acompanhamento da cessação dos benefícios de auxílio-doença e risco de pagamento irregular do benefício.

Conclusão da equipe

234. É de se esperar que os §§ 8º e 9º incluídos ao art. 60 da Lei 8.213/1991 em 2016 proporcione o efeito de estancar o aumento desse tipo de ocorrência.

235. Não obstante, a situação encontrada demanda atuação corretiva do INSS no sentido de retificar as omissões do sistema Maciça em relação aos benefícios concedidos administrativamente e, nos casos de concessão judicial, aos benefícios cuja sentença tenha fixado prazo de duração, cabendo, portanto, determinação nesta diretiva.

Proposta de encaminhamento

236. Determinar ao INSS, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que adote, no prazo de um ano, providências com vistas a incluir a data da cessação dos benefícios de auxílio-doença em vigor, tanto os concedidos administrativamente como nos casos de concessão judicial, em cujas decisões tenha-se fixado prazo de duração, por estar em desacordo com art. 60, §§ 8º e 9º, da Lei 8.213/1991.

2.3.12. TPL BP-E00-015 – Aposentadorias a beneficiários cujos vínculos trabalhistas não estão identificados na Rais.
Situação encontrada

237. O objetivo é identificar titulares dos benefícios de aposentadoria por idade (espécie 41) e aposentadoria por tempo de serviço (espécie 42), de clientela urbana, que não constam dos registros da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

238. Neste sentido, foi realizado cruzamento dos dados dos titulares dos citados benefícios (espécies 41 e 42), constantes do sistema de pagamentos do INSS, requeridos e despachados entre os anos 2016 e 2020, com os dados da Rais relativos ao período de 2006 a 2020, a fim de verificar se o CPF do beneficiário constou de algum registro trabalhista desta última base de dados. Foram desconsiderados, mediante filtro prévio, os registros de benefícios com dados faltantes ou inválidos para o número do documento do empregador (campo NU_DOC_EMPREGADOR) ou para o CPF do titular (campo NU_CPF_T). O procedimento mencionado foi aplicado aos benefícios pagos nos meses junho e dezembro de 2021.

239. Em relação ao ciclo anterior, o algoritmo da tipologia foi ajustado para que o cruzamento fosse realizado com toda a base da Rais replicada no Labcontas, de modo que a verificação alcança dados do ano de 2006 em diante.

240. Os resultados da tipologia estão demonstrados nas tabelas a seguir, resumidos por meio dos quantitativos segregados por mês de referência e categorizados entre concessões judiciais e não judiciais:

Tabela 37. Resultados da TPL BP-E00-015 relativos à aposentadoria por idade (código 41)

Referência Qtd. Ocorrências	2021/06		2021/12	
	Total		Total	
Judicial	35.233	4,27%	34.853	4,27%
Não judicial	789.903	95,73%	782.010	95,73%
Total	825.136	100,00%	816.863	100,00%
Efeito potencial	Não aplicável		Não aplicável	

Fonte: elaboração própria.

Tabela 38. Resultados da TPL BP-E00-015 relativos à aposentadoria por tempo de serviço (código 42)

Referência Qtd. Ocorrências	2021/06		2021/12	
	Total		Total	
Judicial	16.080	6,31%	15.953	6,30%
Não judicial	238.872	93,69%	237.403	93,70%
Total	254.952	100,00%	253.356	100,00%
Efeito potencial	Não aplicável		Não aplicável	

Fonte: elaboração própria.

Tabela 39. Resultados gerais da TPL BP-E00-015

Referência Qtde	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5anos		Total		DDB < 5anos	
Judicial	51.313	4,75%	49.326	4,79%	50.806	4,75%	46.187	5,09%
Não judicial	1.028.775	95,25%	981.403	95,21%	1.019.413	95,25%	861.991	94,91%
Total	1.080.088	100,00%	1.030.729	100,00%	1.070.219	100,00%	908.178	100,00%
Efeito potencial	Não aplicável				Não aplicável			

241. Dessa forma, do cotejo realizado, foram constatadas 1.080.088 ocorrências de beneficiários não identificados na Rais em relação ao mês de junho/2021, das quais cerca de 76,4% são relativas à aposentadoria por idade (825.136) e 23,6% relativas à aposentadoria por tempo de serviço (254.952). De modo semelhante, quanto ao mês de dezembro/2021, foram 1.070.219 ocorrências detectadas, sendo aproximadamente 76,3% relativas à aposentadoria por idade (816.863) e 23,7% relativas à aposentadoria por tempo de serviço (253.356).

Objeto no qual foi constatado

242. Aposentadorias por idade de clientela urbana requeridas e despachadas entre os anos 2016 e 2020, pagas em junho e dezembro de 2021.

243. Aposentadorias por tempo de contribuição de clientela urbana requeridas e despachadas entre os anos 2016 e 2020, pagas em junho e dezembro de 2020.

Critério

244. Lei 8.213/1990, arts. 25, *caput* e inciso III, c/c 48, *caput*.

Evidência

245. Lista de benefícios TPL_BP_E00_015_2021.TXT.

Causa

246. Entre as possíveis causas, cita-se a ausência de acesso permanente à base de dados da Rais por parte do INSS, o que inviabiliza esta autarquia de tomar iniciativas a partir de tal fonte de informação, como realizar procedimentos de controle de rotina ou diligências em casos suspeitos de não cumprimento do período de carência exigido pelo benefício. Tem-se, ainda, que a averiguação dos indícios em cada caso pode revelar deficiências nos controles internos do INSS, quando da concessão e/ou acompanhamento dos benefícios, ou ainda, incompletude dos dados da Rais.

Efeito

247. Risco de concessão irregular de aposentadorias por idade e por tempo de contribuição sem o atendimento ao período de carência exigido para cada benefício.

Esclarecimentos dos responsáveis

248. O INSS encaminhou o Despacho s/n de 11/03/2022 (peça 21, p. 2) informando que recebe as informações da Rais a partir de cargas anuais e a principal finalidade dessa base é a apresentação dos vínculos de servidores públicos pertencentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RGPS), que somente são informados na Rais. Para os vínculos do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a fonte prevalente é a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (Gfip).

249. Ademais, o Instituto informou que a principal base para os seus processos é o Cnis.

Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS é a base de dados (básicos, vínculos, remunerações, contribuições) cujo subsidia o macro-processo de trabalho do INSS, qual seja, o reconhecimento de direitos e suas concessões quando cabível. No contexto, tem-se que a representação dos vínculos empregatícios de um trabalhador no CNIS é o reflexo das informações enviadas pelos respectivos empregadores que, ao longo do tempo, estão/foram legalmente obrigados a fornecê-las por meio da RAIS, da GFIP, e atualmente, pelo eSocial, de acordo com a obrigatoriedade de utilização desse sistema para os empregadores estabelecida em cronograma de implantação e transmissão das informações.

Contudo, em que pese os mecanismos impositivos ao empregador, não há como garantir em momento anterior ao processo de requerimento de benefício do trabalhador, que tais obrigações acessórias tenham sido cumpridas. De outra sorte, em sede de proteção cautelar ao trabalhador/segurado, a legislação preconiza que na eventual falha/falta de informações no CNIS, as mesmas poderão ser tratadas/inseridas mediante comprovação contemporânea e inequívoca. Senão vejamos o art. 19 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

Desta maneira, torna-se pertinente esclarecer que a eventual ocorrência de falta de vínculo(s) de segurado/beneficiário junto à RAIS, não necessariamente indica a inexistência de tal, pois pode

ocorrer a comprovação durante o processo do reconhecimento do direito, baseada em documentos idôneos apresentados/instruídos diretamente pelo trabalhador conforme a legislação/normatização previdenciária vigente.

Conclusão da equipe

250. Trata-se de situações constatadas por cotejo analítico de dados disponíveis nos sistemas informatizados mencionados, sugestivas de riscos de atos concessivos de benefícios previdenciários indevidos que, por sua vez, podem não se confirmar, em virtude de possíveis ausências de inserção de dados do empregado na Rais por parte do empregador na época devida.

251. Neste caso, em razão de ser uma tipologia indicativa de risco, não se sugere a adoção do critério de ausência na Rais como balizador de eventual revisão das aposentadorias por idade e por tempo de serviço, mas tão somente encaminhar os dados ao INSS, de modo a fornecer subsídios à autarquia, e recomendar que esta avalie a conveniência e a oportunidade de realizar procedimentos adicionais de apuração dos riscos identificados na tipologia TPL BP-E00-015.

Proposta de encaminhamento

252. Recomendar ao INSS, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avalie a conveniência e a oportunidade de realizar procedimentos adicionais de apuração dos riscos identificados na tipologia TPL BP-E00-015 – Aposentadorias a beneficiários cujos vínculos trabalhistas não estão identificados na Rais.

2.3.13. TPL BP-E88-001 - Emissão de CPF a titulares do Benefício de Prestação Continuada ao Idoso em data próxima à solicitação do benefício

Situação encontrada

253. O objetivo da tipologia é identificar os Benefícios de Prestação Continuada ao Idoso (espécie 88) cujos titulares tiveram CPF emitidos em data anterior próxima à data do requerimento do benefício.

254. Neste sentido, a partir da base de dados Maciça, da data de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), extraída do sistema CPF, e de dados da Tribunal Superior Eleitoral, aplicaram-se os seguintes critérios cumulativos para filtrar os benefícios focos da tipologia:

- a) benefícios cujos titulares tinham 60 anos ou mais na data da inscrição no CPF, se homem, ou 55 anos ou mais, se mulher;
- b) benefícios com datas do requerimento e despacho do benefício posteriores à data da inscrição do titular no CPF;
- c) benefícios cujos titulares têm Título de Eleitor cadastrado na base de dados do Tribunal Superior Eleitoral;
- d) benefícios cujos dados dos titulares estão em conformidade com os critérios de certeza 0, 1, 2 e 6 (atributo de acurácia), na comparação da Maciça com as bases de CPF, da Receita Federal, e do Título de Eleitor, do Tribunal Superior Eleitoral.

255. Realizada a filtragem prévia acima referida, o algoritmo aplicado retorna os benefícios cujo requerimento ocorreu em até 150 dias após a data de inscrição do CPF e os classifica em quatro situações distintas, de acordo com a situação do título de eleitor, se cancelado ou não cancelado, e com a origem da concessão do benefício, se decorrente ou não de decisão judicial.

256. Os resultados da tipologia são apresentados na tabela a seguir, agrupados na classificação referida supra, para os meses de junho e dezembro de 2020:

Tabela 40. Resultados da TPL BP-E88-001 - Emissão recente do CPF a titulares do Amparo Social ao Idoso

Referência Qtd. Ocorrências	2021/06		2021/12	
	Total	DDB < 5anos	Total	DDB < 5anos

1. Beneficiário com o título de eleitor cancelado, sendo a concessão decorrente de decisão judicial	28	0,06%	2	0,05%	27	0,06%	1	0,03%
2. Beneficiário com o título de eleitor cancelado, sendo a concessão não decorrente de decisão judicial	15.783	32,02%	169	4,17%	14.937	31,84%	102	3,03%
3. Beneficiário com o título de eleitor não cancelado (regular ou suspenso), sendo a concessão decorrente de decisão judicial	134	0,27%	36	0,89%	132	0,28%	35	1,04%
4. Beneficiário com o título de eleitor não cancelado (regular ou suspenso), sendo a concessão não decorrente de decisão judicial	33.346	67,65%	3.842	94,89%	31.820	67,82%	3.229	95,90%
Total	49.291	100,00%	4.049	100,00%	46.916	100,00%	3.367	100,00%
Efeito potencial			Não aplicável				Não aplicável	

Fonte: elaboração própria.

257. Como se nota da Tabela 40, aproximadamente 32% dos beneficiários no mês de junho/2021 e dezembro/2021, retornados pela tipologia, estão com título de eleitor cancelado (situações 1 e 2), conforme situação indicada nos dados da base do Tribunal Superior Eleitoral.

258. A situação do cancelamento do título eleitoral tem como pressuposto a ocorrência de uma das hipóteses legais previstas no art. 71 da Lei 4.737/65: i) a infração dos artigos. 5º e 42; ii) a suspensão ou perda dos direitos políticos; iii) a pluralidade de inscrição; iv) o falecimento do eleitor; v) e deixar de votar em 3 eleições consecutivas.

259. Especialmente essa última causa de cancelamento (não comparecimento em eleições), quando associada à idade avançada na data de emissão do CPF e à proximidade desta com o pleito, implica alto risco de fraude, pois é compatível com a possibilidade de concessão do benefício a pessoas inexistentes, geradas por meio de documentos falsos e/ou inserção de dados inverídicos nos sistemas da Receita Federal, INSS e TSE.

260. Nos casos em que não se tenha verificado a situação de cancelamento do título eleitoral, ainda assim existe o risco de irregularidade, embora menor, pois a inscrição do CPF em idade avançada é situação incomum.

Objeto no qual foi constatado

261. Benefícios de Amparo Social ao Idoso pagos em junho e dezembro/2021.

Critério

262. Lei 8.742/1993, art. 20, caput.

Evidência

263. Lista de benefícios TPL_BP_E88_001_2021.TXT.

Causa

264. A emissão da certidão de nascimento ou da inscrição do CPF com data próxima à requisição do benefício é um dos indícios de tentativa de fraude, que consiste na criação de uma pessoa fictícia e posterior de solicitação de benefício no INSS.

Efeito

265. Risco de concessão e pagamento irregular do benefício Amparo Social ao Idoso a pessoas fictícias.

Conclusão da equipe

266. Trata-se de situações constatadas por cotejamento analítico de dados disponíveis nos sistemas informatizados, sugestivas de possíveis fraudes em atos concessivos do benefício Amparo Social ao Idoso.

267. Ainda que se considere a facultatividade do voto a partir dos 70 anos de idade, e que seja provavelmente alto o número de títulos de eleitores cancelados entre a população idosa, pelo não

comparecimento em eleições, há que se observar que, além do cancelamento do título, o risco decorre também, de forma cumulativa, da emissão tardia no Cadastro de Pessoas Físicas, em até 150 dias antes do requerimento do benefício. Noutros termos, é anormal a inscrição do CPF já em idade avançada.

268. Do exposto, considera-se pertinente recomendar ao INSS que avalie a conveniência e a oportunidade de realizar procedimentos adicionais de apuração dos riscos identificados.

Proposta de encaminhamento

269. Recomendar ao INSS, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avalie a conveniência e a oportunidade de realizar procedimentos adicionais de apuração dos riscos identificados na tipologia TPL BP-E88-001, referente à emissão de CPF a titulares do Benefício de Prestação Continuada ao Idoso em data próxima à solicitação do benefício.

2.3.14. TPL BP-E21-001 – Instituidor de pensão por morte sem registro no Sisobi ou óbito na Receita Federal do Brasil

Situação encontrada

270. A tipologia verifica se os instituidores de pensão do INSS estão registrados na base do Sisobi ou com a marcação de “Titular Falecido” na base de CPF da Receita Federal do Brasil, realizando um processo de circularização da informação.

271. Os achados evidenciam fragilidades na comunicação ou fiscalização de óbito entre as entidades. A Tabela 41 apresenta os resultados, que identificou 881 mil registros sem marcação de óbito em dezembro de 2021, dos quais 96 mil possuem DDB menor que 5 anos.

Tabela 41. Resultado TPL BP-E21-001

Referência Qtde	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5anos		Total		DDB < 5anos	
Judicial	59.969	7,21%	13.458	18,18%	60.855	6,90%	12.987	18,79%
Não judicial	771.806	92,79%	60.553	81,82%	820.820	93,10%	56.127	81,21%
Total	831.775	100%	74.011	100%	881.675	100%	69.114	100%

Fonte: elaboração própria

272. Os achados por situação da inscrição do CPF estão resumidos na Tabela 42. Os registros com situação Cancelada ou Nula possuem o maior risco de fraude, pois a situação da inscrição foi analisada e alterada pela Receita Federal. As inscrições com suspeita de óbito são marcadas como “Suspensa” até que a Receita finalize a averiguação.

Tabela 42. Situação da inscrição do CPF dos Instituidores

Situação da Inscrição	2021/06				2021/12			
	Total		DDB < 5		Total		DDB < 5	
Regular	212.500	25,55%	36.310	49,06%	212.799	24,14%	37.913	54,86%
Suspensa	613.309	73,73%	36.935	49,90%	662.832	75,18%	30.338	43,90%
Pendente de Regularização	1.013	0,12%	542	0,73%	1.109	0,13%	659	0,95%
Cancelada por Multiplicidade	3.176	0,38%	198	0,27%	3.155	0,36%	182	0,26%
Nula	37	0,00%	1	0,00%	33	0,00%	0	0,00%
Cancelada de Ofício	1.740	0,21%	25	0,03%	1.747	0,20%	22	0,03%
Total	831.775	100%	74.011	100%	881.675	100%	69.114	100%

Fonte: elaboração própria

Objeto no qual foi constatado

273. Benefícios com Instituidor da Folha de pagamentos do INSS.

Critério

274. Lei 8.213/1990.

Evidência

275. Lista de benefícios TPL_BP_E21_001.txt

Causa

276. Entre as possíveis causas para o achado, pode-se citar: a) Instituidor com data de falecimento muito antiga; b) as deficiências do Sisobi devido a subdeclaração de falecimentos pelas famílias, dificuldades ou a ausência de envio das informações das certidões de óbito pelos cartórios; c) emissão de certidões de óbitos sem a informação do CPF do falecido; e d) deficiência nos processos e na comunicação entre as entidades que mantém informações sobre óbito.

Efeito

277. Risco de concessão ou pagamento de benefício por erro ou fraude.

Esclarecimentos dos responsáveis

278. A Receita Federal encaminhou a Nota/Cocad nº 25/2022 (peça 20) informando que no Biênio 2020-2021 realizou a suspensão de 5,4 milhões de inscrições por indício de óbito e o cancelamento de 2,6 milhões de inscrições que estavam suspensas por indício de óbito. Para 2022, a RFB definiu a meta de cancelar cinco milhões de inscrições que se encontram suspensas há mais de cinco anos.

279. Ademais, foi informado que:

(...) a Equipe Nacional de Integridade Cadastral (instituída pela Portaria RFB nº 95, de 09 de dezembro de 2021) e a equipe técnica responsável pelo cadastro do INSS estão intercambiando informações com vistas a sanitização de dados constantes das bases de ambos os órgãos e, já em dezembro de 2021, através desta parceria, foram cancelados inicialmente 3.159 NI-CPFs com indício de fraudes na regularização cadastral, suspensos previamente por indício de óbito ou inconsistência cadastral, inscrições estas detectadas e relatadas à RFB pela Coordenação-Geral de Conformidade e Combate a Fraudes do INSS quando da análise da concessão de benefícios por aquela autarquia.

Conclusão da equipe

280. Trata-se de situações constatadas por cotejamento analítico de dados disponíveis nos sistemas informatizados e considera-se oportuno encaminhar aos gestores do INSS e da RFB o algoritmo e os dados referentes aos benefícios identificados, pois podem complementar as ações de controle interno relatadas por eles.

Proposta de encaminhamento

281. Determinar ao INSS, com fundamento no art. 4 da Resolução-TCU 315/2020, no prazo de um ano, que proceda a revisão dos benefícios com instituidores, cuja inscrição do CPF esteja cancelada por Multiplicidade, Nula ou Cancelada de Ofício identificados na TPL BP-E21-001, por estar em desacordo com a IN-INSS 77/PRES/2015, art. 515.

282. Recomendar ao INSS, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avalie a conveniência e a oportunidade de realizar procedimentos adicionais de apuração nos benefícios com instituidores, cuja inscrição do CPF esteja regular, suspensa ou pendente de regularização identificados na TPL BP-E21-001, por estar em desacordo com a IN-INSS 77/PRES/2015, art. 515.

283. Recomendar à Receita Federal do Brasil, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avalie a conveniência e a oportunidade de realizar procedimentos adicionais de apuração nos achados identificados na TPL BP-E21-001, devido ao indício de óbito do titular do CPF.

3. CONCLUSÃO

Credibilidade

284. A auditoria avaliou os dados da folha de pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (Maciça) nas competências de junho/2021 e de dezembro/2021, a fim de verificar a

confiabilidade dos dados e detectar inconsistências na concessão dos benefícios. Nesta seção as questões de auditoria são respondidas.

Questão 1: Os bancos de dados cadastrais utilizados pelas políticas públicas de Previdência Social possuem informações com alto nível de qualidade?

285. Na análise de Credibilidade, considerando o percentual máximo tolerável de 2% de inconsistências, não detectou distorções relevantes nos dados da Folha de pagamentos do INSS, entretanto existem ressalvas.

Ressalva 1

286. Na análise de Consistência, o dado cadastral de Nome do Instituidor foi classificado como “Não Combinado” em 2,68% dos registros de junho e 2,23% para dezembro de 2021 (seção 2.1). Tal resultado apresentou melhora em comparação com a FCB 2020 (TC 036.871/2020-6), cujos registros com indícios foram de 3,16% em junho e 3% em dezembro de 2020.

Ressalva 2

287. Na análise de Acurácia do Instituidor, foi identificado que 18,43% dos registros foram classificados como “Não-Combinado” para a referência de junho de 2021 e 15,79% para dezembro de 2021. Os registros com problemas são referentes aos benefícios concedidos entre 1972 e 1994, indicando um problema de legado no registro dos dados cadastrais dos instituidores nos sistemas. Para os benefícios concedidos nos últimos cinco anos, o percentual de registros “Não-Combinado” foi de 0,55% para junho de 0,44% para dezembro.

Tipologias de Cadastro

288. A Tabela 43 apresenta os resultados da auditoria em comparação com o último ciclo da Fiscalização Contínua (TC 036.871/2020-6). As tipologias de cadastro 1, 2 e 24 tiveram sua metodologia alterada e, com isso, tiveram um aumento significativo na quantidade de benefícios identificados em 2021. As tipologias de cadastro 23, 24, 25 e 26 possuem um alto custo de processamento e somente foram executadas para o mês de junho de 2021, sendo esses resultados apresentados na referida tabela.

289. O total de indícios em dezembro de 2021 foi de 7,8 milhões e para os registros com DDB menor que cinco anos foi de 1,09 milhão. Em comparação com a FCB 2020, ocorreu um aumento de 26% no total de indícios, enquanto houve uma queda de 8% nos indícios com DDB menor que cinco anos.

290. Em relação à fiscalização anterior, constata-se acúmulo das ocorrências. Aproximadamente 60% dos resultados de 2021 foram apontados no ciclo anterior, enquanto 40% correspondem a novos casos. Uma das causas para explicar esse desempenho são os efeitos da pandemia, que reduziu e dificultou a capacidade de atendimento do INSS.

Tabela 43. Tipologias de Cadastro: Comparação de Dez/2020 e Dez/2021

N.	Nome	Dez/2020		Dez/2021		Novos Casos	
		Total	DDB < 5a	Total	DDB < 5a	Total	DDB < 5a
1	CPF com dados incompatíveis com a Receita Federal ⁽¹⁾	590.086	1.452	634.184	39.903	203.634	38.903
2	CPF inválido ⁽¹⁾	533.364	7.329	896.931	5.092	475.974	1.800
3	NIT inválido	298.988	244	623.740	267	416.727	1.000
4	CPF com situação cancelada ou nula (todas as pessoas)	101.689	15.874	46.222	6.000	38.507	5.300
5	CPF com situação suspensa (todas as pessoas)	1.532.513	509.277	1.270.680	173.976	143.728	12.500
6	Instituidor: com os dados do Titular	172.765	213	126.642	128	280	0
7	Instituidor: dados incompletos	584.973	34	853.762	64	423.670	400
8	Incompatibilidade entre o tratamento e a espécie	477	460	598	583	205	200
9	NIT: utilizado em benefícios com titular com diferentes CPFs	3.298	333	2.774	278	298	0

N.	Nome	Dez/2020		Dez/2021		Novos Casos	
		Total	DDB < 5a	Total	DDB < 5a	Total	DDB < 5a
10	Titular: nome com caractere numérico, indevido ou com a expressão Tutor ou Curador	40	0	32	2	2	
11	Titular: data de nascimento com divergência ou zerada	295.277	15.342	263.622	13.318	6.067	2.34
12	Titular: gênero com divergência	269.626	64.346	261.851	60.774	16.572	14.9
13	Titular: nome do titular igual o nome da mãe	27.069	4.765	25.743	4.509	1.178	1.0
14	Instituidor: nome com caractere numérico, indevido ou com a expressão Tutor ou Curador	14	1	12	1	-	
15	Instituidor: data de nascimento com divergência ou zerada	200.550	9.397	188.463	8.255	2.094	1.1
16	Instituidor: gênero com divergência	57.000	14.832	57.467	13.477	4.053	2.5
17	Nome da Mãe: caractere numérico, indevido ou com a expressão Tutor ou Curador (todas as pessoas)	23.541	8.917	26.064	9.598	5.777	3.6
18	Procurador: com dados do titular	43	8	6.555	829	6.550	8
19	Representante Legal: com dados do titular	17.996	3.299	17.077	2.914	2.189	1.0
20	Titular: nomes abreviados	187.109	50.706	186.634	57.457	16.713	15.4
21	Nome da Mãe: nomes abreviados	1.305.043	473.926	1.473.144	528.997	240.833	176.3
22	Instituidor: nomes abreviados	30.007	5.171	29.871	6.094	2.122	1.7
23	Maciça: titular duplicado ⁽²⁾	609	332	2.616	456	2.211	2
24	Maciça: titular com erro nos dados cadastrais ^{(1) (2)}	830	47	866.488	160.779	865.269	160.7
25	Busca CPF: titular com CPF encontrado ⁽²⁾	53	4	0	0	0	
26	Busca CPF: instituidor com CPF encontrado ⁽²⁾	415	7	1	0	1	
27	NIT Indeterminado	-	-	16.717	222	16.717	2
	Total	6.233.375	1.186.316	7.877.890	1.093.973	2.891.371	441.4

Fonte: Elaboração própria.

(1) Ocorreu mudança na metodologia em 2021

(2) Valores de Junho/2021. As tipologias só foram executadas para essa referência.

291. Os benefícios com inconsistências identificados nas Tipologias de Cadastro não têm necessariamente um erro ou ilegalidade na sua concessão e manutenção. Os registros identificados nos testes por apresentarem um nome abreviado possuem menor risco, enquanto registros com problemas em campos chave, como CPF ou NIT, possuem maior risco. Dessa maneira, com o objetivo de aumentar a credibilidade e a qualidade das informações, os dados cadastrais dos benefícios identificados devem ser revisados.

Questão 2: Os programas de benefícios previdenciários possuem beneficiários com indícios de irregularidade ou fraude?

292. Os testes utilizando técnicas de análise de dados evidenciaram possível irregularidade no pagamento ou na manutenção do benefício.

293. Para as tipologias de negócio, a tabela abaixo apresenta o resumo da quantidade de ocorrência e do efeito potencial projetado para treze meses (12 meses + 13º salário), considerando que os pagamentos têm natureza contínua.

Tabela 44. Tipologias de Negócio - Dez/2021

Tipologia	Total	DDB < 5a	Efeito potencial (R\$)
TPL BP-E00-001 - Benefício superior ao teto do INSS ou superior ao limite do STF (item 2.3.1)	1.805	9	53.159.691
TPL BP-E00-002 - Acumulação indevida mesmo NIT ou CPF (item 2.3.2)	60.495	4.864	716.822.626

Tipologia	Total	DDB < 5a	Efeito potencial (R\$)
TPL BP-E00-005 Titular ou instituidor com inscrição do CPF cancelada ou nula (item 2.3.3)	12.873	1.647	245.464.778
TPL BP-E00-007 – Titular falecido (item 2.3.4)	7.029	2.069	133.407.482
TPL BP-E00-003 – Benefícios de invalidez, auxílio-doença, renda mensal vitalícia ou amparos com titular na folha de pagamento federal ou estadual (item 2.3.5)	44.739	20.848	754.921.254
TPL BP-E00-004 - Benefícios por Invalidez, Auxílio-doença, Renda Mensal Vitalícia ou Amparos com Titular na Rais (item 2.3.6)	51.552	26.028	717.536.045
TPL BP-E21-007 - Pensão por morte paga a dependentes, cuja soma de pagamentos supera o teto previdenciário (item 2.3.7)	834	165	9.247.485
TPL BP-E21-008 - Pensão por morte desdobrada com valor desigual para dependentes ou quantidade de dependentes inconsistente (item 2.3.8)	6.380	308	43.826.952
TPL BP-E21-009 – Manutenção do pagamento de pensão por morte após o prazo legal estabelecido (item 2.3.9)	124	124	2.247.795
TPL BP-E41-001 - Aposentadoria por idade que não atende ao critério de idade conforme o gênero e a clientela do beneficiário (item 2.3.10)	12.778	6.428	240.313.788
TPL BP-E31-001 – Auxílios-doença sem data de cessação (item 2.3.11)	192.207	127.501	N.A.
TPL BP-E00-015 – Aposentadorias cujos vínculos trabalhistas não estão identificados na Rais. (item 2.3.12)	1.070.219	908.178	N.A.
TPL BP-E88-001 - Emissão de CPF a titulares do BPC Idoso em data próxima à solicitação do benefício (item 2.3.13)	46.916	3.367	N.A.
TPL BP-E21-001 – Instituidor de pensão por morte sem registro no Sisobi ou óbito na RFB (item 2.3.14)	881.675	69.114	N.A.
Total	2.389.626	1.170.650	2.916.947.997

Fonte: elaboração própria

(N.A.) Não aplicável

4. BENEFÍCIOS DAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

294. Entre os benefícios do presente processo de Acompanhamento do pagamento de benefícios previdenciários, pode-se mencionar o benefício potencial de R\$ 2.916.947.997 localizados em 2.389.626 benefícios em dezembro de 2021.

295. O benefício potencial foi calculado considerando o valor dos benefícios recebidos com indícios de irregularidade na folha de pagamentos de dezembro de 2021, multiplicado pelos valores pagos nos últimos 12 meses, acrescentada a parcela referente ao 13º salário, conforme indica a Portaria Segecex 37, de 13 de dezembro de 2018.

5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

296. Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior propondo:

- a) **determinar** ao Instituto Nacional do Seguro Social, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que, no prazo de um ano, adote providência com vistas à:
 - a.1) revisão cadastral dos Titulares com classificação “Não Combinado”, por estar em desacordo com a IN-INSS 77/PRES/2015, art. 515 (seção 2.1);
 - a.2) revisão cadastral dos Instituidores com DDB menor que 5 anos e com classificação “Não Combinado”, por estar em desacordo com a IN-INSS 77/PRES/2015, art. 515 (seção 2.1);
 - a.3) sanear os achados com DDB menor que cinco anos identificados nas Tipologias de Cadastro, por estarem em desacordo com o art. 124-D da Lei 8.213/1991 (seção 2.2);
 - a.4) revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-001, por estar em desacordo com Nota Técnica 25/2017 GT/CGIA/DATAPREV/PT/Nº76/INSS (seção 2.3.1);

- a.5) revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-002, por estar em desacordo com a IN-INSS 77/PRES/2015 art. 20 (seção 2.3.2);
- a.6) revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-005, por estar em desacordo com a IN-INSS 77/PRES/2015 (seção 2.3.3);
- a.7) revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-007, por estar em desacordo com a IN 77 /PRES/INSS, art. 517 (seção 2.3.4);
- a.8) revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-003, por estar em desacordo com a IN 77 /PRES/INSS, art. 220 e a Nota Técnica 25/2017 GT/CGIA/DATAPREV/PT/Nº76/INSS (seção 2.3.5);
- a.9) apuração e revisão de ocorrências de incompatibilidade dos benefícios apontados pela tipologia TPL BP-E00-004 com possíveis atividades remuneradas exercidas pelos respectivos titulares, por estarem, se confirmadas, em desacordo com os arts. 42, 59 e 139, § 1º (vigente à época da concessão) da Lei 8.213/1991 e com o art. 20, *caput*, da Lei 8.742/1993 (seção 2.3.6);
- a.10) revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E21-007, por estar em desacordo com art. 29, §2º; art. 41-A, §1º, da Lei 8.213/1990 e art. 2º da Portaria 914-Ministério da Economia/2020 (seção 2.3.7);
- a.11) revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E21-008, por estar em desacordo com arts. 75 e 77 da Lei 8.213/1990 (2.3.8);
- a.12) revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E21-009, por estar em desacordo com arts. 75 e 77 da Lei 8.213/1990 (2.3.9);
- a.13) revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E41-001, por estar em desacordo com art. 48, §1º, da Lei 8.213/1990 (seção 2.3.10);
- a.14) revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL E31-001, entre os concedidos administrativamente e, nos casos de concessão judicial, aqueles cujas decisões tenha fixado prazo de duração, por estar em desacordo com art. 60, §§ 8º e 9º, da Lei 8.213/1991 (seção 2.3.11);
- a.15) revisão dos benefícios com instituidores cuja inscrição do CPF esteja cancelada por Multiplicidade, Nula ou Cancelada de Ofício identificados na TPL BP-E21-001, por estar em desacordo com a IN-INSS 77/PRES/2015, art. 515 (seção 2.3.14);
- b) **recomendar** ao Instituto Nacional do Seguro Social, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avalie a conveniência e a oportunidade de:
- b.1) revisar os dados cadastrais dos Instituidores com DDB maior que 5 anos e com resultado “Não Combinado”, com vistas a melhorar a qualidade da base de dados;
- b.2) revisar os dados cadastrais dos Procuradores e Representantes, com vistas a melhorar a qualidade da base de dados;
- b.3) sanear os achados com DDB maior que cinco anos identificados nas Tipologias de Cadastro, por estarem em desacordo com o art. 124-D da Lei 8.213/1991 (seção 2.2)
- b.4) realizar procedimentos adicionais de apuração dos riscos identificados na tipologia TPL BP-E00-015 – Aposentadorias a beneficiários cujos vínculos trabalhistas não estão identificados na Rais (seção 2.3.12);
- b.5) realizar procedimentos adicionais de apuração dos riscos identificados na tipologia TPL BP-E88-001, referente à emissão de CPF a titulares do Benefício de Prestação Continuada ao Idoso em data próxima à solicitação do benefício (seção 2.3.13);
- b.6) realizar procedimentos adicionais de apuração dos riscos identificados na TPL BP-E21-001, referente aos Instituidores de pensão por morte sem registro no Sisobi ou óbito na

Receita, identificada na Folha de Pagamentos do INSS, com vistas à adoção de providências internas (seção 2.3.14);

b.7) realizar procedimentos adicionais de apuração dos riscos identificados na tipologia TPL BP-E31-010, referente aos Auxílios-doença com duração muito longa, identificada na Folha de Pagamentos do INSS, com vistas à adoção de providências internas (seção 2.3.15)

c) **recomendar** à Receita Federal do Brasil, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avalie a conveniência e a oportunidade de realizar procedimentos adicionais de apuração nos achados identificados na TPL BP-E21-001, devido ao indício de óbito do titular do CPF.

d) **encaminhar** ao Instituto Nacional do Seguro Social os arquivos com os benefícios identificados com irregularidade e com os resultados dos cruzamentos de bases, acórdão que vier a ser adotado pelo Tribunal, do relatório e do voto que o fundamentaram, bem como do inteiro teor do presente relatório;

e) **encaminhar** à Receita Federal do Brasil o arquivo com os benefícios identificados na TPL BP-E21-001, o acórdão que vier a ser adotado pelo Tribunal, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram;

f) **arquivar** os autos, nos termos do art. 169, II, do Regimento Interno do TCU.

É o Relatório.

VOTO

Trata-se de acompanhamento resultante da Fiscalização Contínua de Benefícios (FCB), metodologia com uso intensivo de ferramentas e técnicas de análise de dados no controle dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), referente às folhas de pagamento dos meses de junho de 2021 (R\$ 75.798.448.821) e dezembro de 2021 (R\$ 50.866.508.203), alcançando cerca de R\$ 127 bilhões e com 36 milhões de registros em cada uma delas.

2. O trabalho objetivou, em suma, contribuir para o fortalecimento do controle dos benefícios previdenciários realizado pelos gestores; estabelecer estratégia para avaliação contínua da qualidade das bases de dados de Previdência Social; estabelecer rotina de cruzamento periódico de bases de dados públicas que possuam informações sobre os benefícios previdenciários; e estabelecer parceria com os gestores federais para controle de benefícios previdenciários.

3. Cabe salientar que a fiscalização contínua de benefícios ajuda a evitar fraudes e irregularidades no sistema previdenciário, pois fomenta o uso adequado dos recursos previdenciários, bem como aumenta a sustentabilidade e transparência do sistema.

4. Como mencionado no Relatório precedente, as falhas na qualidade dos dados não refletem por si só prejuízo financeiro, mas afetam a higidez do banco de dados, indicam deficiências nos controles internos e podem ser indícios de pagamento indevido (erro ou fraude).

5. Nos aspectos metodológicos, a periodicidade da auditoria tem sido anual, com foco no controle concomitante e periódico dos dados previdenciários, os quais, devido ao seu volume financeiro e pulverização, tornam inadequada uma abordagem convencional de auditoria baseada apenas em documentos.

6. A FCB é, então, um encadeamento de etapas e culmina em um conjunto de benefícios com alta probabilidade de apresentar algum tipo de problema ou erro, os quais são encaminhados ao INSS, após a apreciação do relatório pelo TCU, para que aquele órgão analise e adote a providência mais adequada, que pode chegar à revisão e exclusão do benefício da folha de pagamento do RGPS do INSS (Maciça).

7. O ponto de partida da análise se referiu à credibilidade das informações. Cabe ressaltar que a credibilidade está condicionada à qualidade dos dados, cujas falhas não refletem, por si só, prejuízo financeiro, mas afetam a higidez do banco de dados, indicam deficiências nos controles internos e podem ser indícios de pagamento indevido (erro ou fraude). Os dados foram avaliados quanto aos seis atributos de credibilidade: completude, unicidade, validade, consistência, acurácia e uniformidade.

8. Como resultado, na análise de credibilidade, considerando o percentual máximo tolerável de 2% de inconsistências, a equipe de fiscalização não detectou distorções relevantes nos dados da folha de pagamentos do INSS.

9. Apesar disso, foram ressaltadas deficiências na análise de consistência, uma vez que, apesar da melhora frente à FCB 2020 (TC 036.871/2020-6), verificou-se erros no dado cadastral “Nome do Instituidor” em 2,68% dos registros de junho e 2,23% dos registros de dezembro, ambos de 2021.

10. Nesse mesmo sentido, na análise da acurácia, foram encontradas desconformidades em 18,43% dos registros de junho e 15,79% de 2021.

11. Por seu turno, as tipologias de cadastro são testes substantivos desenvolvidos a partir dos resultados do exame de credibilidade e têm o objetivo de avaliar as regras de preenchimento e a qualidade dos dados cadastrais da Maciça. Utilizando-se ferramentas de análise de dados, foram

executadas 27 tipologias na FCB 2021 para avaliar o potencial de comprometimento e de credibilidade de informações cadastrais relevantes presentes na Maciça.

12. A conclusão destes testes pode ser resumida na tabela a seguir reproduzida, a qual compara os dados encontrados nos exercícios 2020 e 2021:

N.	Nome	Dez/2020		Dez/2021		Novos Casos	
		Total	DDB < 5a	Total	DDB < 5a	Total	DDB < 5a
1	CPF com dados incompatíveis com a Receita Federal ⁽¹⁾	590.086	1.452	634.184	39.903	203.634	38.960
2	CPF inválido ⁽¹⁾	533.364	7.329	896.931	5.092	475.974	1.812
3	NIT inválido	298.988	244	623.740	267	416.727	117
4	CPF com situação cancelada ou nula (todas as pessoas)	101.689	15.874	46.222	6.000	38.507	5.345
5	CPF com situação suspensa (todas as pessoas)	1.532.513	509.277	1.270.680	173.976	143.728	12.508
6	Instituidor: com os dados do Titular	172.765	213	126.642	128	280	8
7	Instituidor: dados incompletos	584.973	34	853.762	64	423.670	49
8	Incompatibilidade entre o tratamento e a espécie	477	460	598	583	205	204
9	NIT: utilizado em benefícios com titular com diferentes CPFs	3.298	333	2.774	278	298	83
10	Titular: nome com caractere numérico, indevido ou com a expressão Tutor ou Curador	40	0	32	2	2	2
11	Titular: data de nascimento com divergência ou zerada	295.277	15.342	263.622	13.318	6.067	2.347
12	Titular: gênero com divergência	269.626	64.346	261.851	60.774	16.572	14.979
13	Titular: nome do titular igual o nome da mãe	27.069	4.765	25.743	4.509	1.178	1.070
14	Instituidor: nome com caractere numérico, indevido ou com a expressão Tutor ou Curador	14	1	12	1	-	-
15	Instituidor: data de nascimento com divergência ou zerada	200.550	9.397	188.463	8.255	2.094	1.181
16	Instituidor: gênero com divergência	57.000	14.832	57.467	13.477	4.053	2.521
17	Nome da Mãe: caractere numérico, indevido ou com a expressão Tutor ou Curador (todas as pessoas)	23.541	8.917	26.064	9.598	5.777	3.650
18	Procurador: com dados do titular	43	8	6.555	829	6.550	828
19	Representante Legal: com dados do titular	17.996	3.299	17.077	2.914	2.189	1.001
20	Titular: nomes abreviados	187.109	50.706	186.634	57.457	16.713	15.499
21	Nome da Mãe: nomes abreviados	1.305.043	473.926	1.473.144	528.997	240.833	176.357
22	Instituidor: nomes abreviados	30.007	5.171	29.871	6.094	2.122	1.797
23	Maciça: titular duplicado ⁽²⁾	609	332	2.616	456	2.211	252
24	Maciça: titular com erro nos dados cadastrais ⁽¹⁾⁽²⁾	830	47	866.488	160.779	865.269	160.704
25	Busca CPF: titular com CPF encontrado ⁽²⁾	53	4	0	0	0	0
26	Busca CPF: instituidor com CPF encontrado ⁽²⁾	415	7	1	0	1	0
27	NIT Indeterminado	-	-	16.717	222	16.717	222
	Total	6.233.375	1.186.316	7.877.890	1.093.973	2.891.371	441.496

Fonte: Elaboração própria.

(1) Ocorreu mudança na metodologia em 2021

(2) Valores de Junho/2021. As tipologias só foram executadas para essa referência.

13. Como mencionado no Relatório precedente, o total de indícios em dezembro de 2021 foi de 7,8 milhões e para os registros com data de despacho do benefício (DDB) menor que cinco anos foi de 1,09 milhão. Em comparação com a FCB 2020, ocorreu um aumento de 26% no total de indícios, enquanto houve uma queda de 8% nos indícios com DDB menor que cinco anos.

14. Cabe ressaltar que os benefícios com inconsistências identificados nas Tipologias de Cadastro não têm necessariamente um erro ou ilegalidade na sua concessão e manutenção, uma vez que são falhas de cadastramento oriundas de erros de digitação de códigos identificadores ou de abreviações de nome.

15. Já para as tipologias de negócio, cujo resultado da análise é resumido na tabela a seguir, é mais assertivo na evidenciação de possível irregularidade no pagamento ou na manutenção do benefício.

Tabela 44. Tipologias de Negócio - Dez/2021

Tipologia	Total	DDB < 5a	Efeito potencial por ano (R\$)
TPL BP-E00-001 - Benefício superior ao teto do INSS ou superior ao limite do STF (item 2.3.1)	1.805	9	53.159.691
TPL BP-E00-002 - Acumulação indevida mesmo NIT ou CPF (item 2.3.2)	60.495	4.864	716.822.626
TPL BP-E00-005 Titular ou instituidor com inscrição do CPF cancelada ou nula (item 2.3.3)	12.873	1.647	245.464.778
TPL BP-E00-007 – Titular falecido (item 2.3.4)	7.029	2.069	133.407.482
TPL BP-E00-003 – Benefícios de invalidez, auxílio-doença, renda mensal vitalícia ou amparos com titular na folha de pagamento federal ou estadual (item 2.3.5)	44.739	20.848	754.921.254
TPL BP-E00-004 - Benefícios por Invalidez, Auxílio-doença, Renda Mensal Vitalícia ou Amparos com Titular na Rais (item 2.3.6)	51.552	26.028	717.536.045
TPL BP-E21-007 - Pensão por morte paga a dependentes, cuja soma de pagamentos supera o teto previdenciário (item 2.3.7)	834	165	9.247.485
TPL BP-E21-008 - Pensão por morte desdobrada com valor desigual para dependentes ou quantidade de dependentes inconsistente (item 2.3.8)	6.380	308	43.826.952
TPL BP-E21-009 – Manutenção do pagamento de pensão por morte após o prazo legal estabelecido (item 2.3.9)	124	124	2.247.795
TPL BP-E41-001 - Aposentadoria por idade que não atende ao critério de idade conforme o gênero e a clientela do beneficiário (item 2.3.10)	12.778	6.428	240.313.788
TPL BP-E31-001 – Auxílios-doença sem data de cessação (item 2.3.11)	192.207	127.501	N.A.
TPL BP-E00-015 – Aposentadorias cujos vínculos trabalhistas não estão identificados na Rais. (item 2.3.12)	1.070.219	908.178	N.A.
TPL BP-E88-001 - Emissão de CPF a titulares do BPC Idoso em data próxima à solicitação do benefício (item 2.3.13)	46.916	3.367	N.A.
TPL BP-E21-001 – Instituidor de pensão por morte sem registro no Sisobi ou óbito na RFB (item 2.3.14)	881.675	69.114	N.A.
Total	2.389.626	1.170.650	2.916.947.997

Fonte: elaboração própria

Tipologia	Total	DDB < 5a	Efeito potencial por ano (R\$)
(N.A.) Não aplicável			
16. Assim, observo que, embora as situações constatadas pelo cotejo dos dados disponíveis nos sistemas previdenciários sejam graves e sugestivas de risco de concessões ou manutenções indevidas de benefícios previdenciários, as mesmas podem não se confirmar, pois podem ser oriundas de falhas em cadastramentos ou mesmo em falhas de inserções de dados em outros sistemas relacionados, como os sistemas de informações trabalhistas, eleitorais e tributárias.			
17. Ainda assim, gostaria de registrar que a análise de dados é ferramenta essencial para a identificação de fraudes previdenciárias, pois permite a coleta, organização e avaliação das grandes quantidades de informações como as dispostas na maciça em um curto espaço de tempo. De tal modo, mesmo que não se concretizem os riscos de falhas e fraudes identificados, as determinações e recomendações propostas pela unidade instrutiva devem ser encaradas como valiosa fonte de aperfeiçoamento para os gestores em busca da consolidação credibilidade dos dados previdenciários.			
18. Por fim, ressalto que o uso de tipologias de cadastro ou de negócio, embora sejam ferramentas essenciais na busca pela melhoria da base de dados previdenciária e na identificação de fraudes não devem se constituir no ponto final da análise desses dados.			
19. A evolução das técnicas empregadas deve ser o guia para os novos recortes da avaliação contínua, com a transferência dos modelos desenvolvidos para que os próprios gestores sejam ainda mais capazes de transformar a realidade dessa importante política pública por meio da contínua execução dessas ferramentas preditivas de falhas e fraudes.			
20. Ademais, diante da magnitude dos dados, da relevância da matéria e da materialidade das falhas/fraude que podem existir na massa de dados, cabem, por exemplo, a intensificação do uso de ferramentas de inteligência artificial tanto no momento do despacho do benefício, quanto nas análises rotineiras da maciça, o que certamente aumentará a eficiência, precisão e a confiabilidade das análises.			
21. Assim, incorporo às minhas razões de decidir as análises e conclusões expostas no relatório de acompanhamento resultante da Fiscalização Contínua de Benefícios (peças 24-26) e VOTO por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Plenário.			

TCU, Sala das Sessões, em 8 de fevereiro de 2023.

AROLDO CEDRAZ
Relator

ACÓRDÃO Nº 161/2023 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 000.974/2022-6.
2. Grupo I – Classe de Assunto: V – Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (00.394.460/0058-87).
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento resultante da Fiscalização Contínua de Benefícios (FCB), relativo ao exercício de 2021;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020 que, no prazo de um ano, adote providência com vistas à:

9.1.1. revisão cadastral dos Titulares com classificação “Não Combinado”, por estarem em desacordo com o art. 515 da IN-INSS 77/PRES/2015;

9.1.2. revisão cadastral dos Instituidores com DDB menor que 5 anos e com classificação “Não Combinado”, por estarem em desacordo com o art. 515 da IN-INSS 77/PRES/2015;

9.1.3. sanear os achados com DDB menor que cinco anos identificados nas Tipologias de Cadastro, por estarem em desacordo com o art. 124-D da Lei 8.213/1991;

9.1.4. revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-001, por estarem em desacordo com a Nota Técnica 25/2017 GT/CGIA/DATAPREV/PT/Nº76/INSS;

9.1.5. revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-002, por estarem em desacordo com o art. 20 da IN-INSS 77/PRES/2015;

9.1.6. revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-005, por estarem em desacordo com a IN-INSS 77/PRES/2015;

9.1.7. revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-007, por estarem em desacordo com o art. 517 da IN-INSS 77/PRES/2015;

9.1.8. revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E00-003, por estarem em desacordo com o art. 220 da IN-INSS 77/PRES/2015 e a Nota Técnica 25/2017 GT/CGIA/DATAPREV/PT/Nº76/INSS;

9.1.9. apuração e revisão de ocorrências de incompatibilidade dos benefícios apontados pela tipologia TPL BP-E00-004 com possíveis atividades remuneradas exercidas pelos respectivos titulares, por estarem, se confirmadas, em desacordo com os arts. 42, 59 e 139, § 1º (vigente à época da concessão) da Lei 8.213/1991 e com o art. 20, *caput*, da Lei 8.742/1993;

9.1.10. revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E21-007, por estarem em desacordo com art. 29, §2º; art. 41-A, §1º, da Lei 8.213/1990 e art. 2º da Portaria 914-Ministério da Economia/2020;

9.1.11. revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E21-008, por estarem em desacordo com os arts. 75 e 77 da Lei 8.213/1990;

9.1.12. revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E21-009, por estarem em desacordo com os arts. 75 e 77 da Lei 8.213/1990;

9.1.13. revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL BP-E41-001, por estarem em desacordo com o art. 48, §1º, da Lei 8.213/1990;

9.1.14. revisão dos benefícios identificados na tipologia TPL E31-001, entre os concedidos administrativamente e, nos casos de concessão judicial, aqueles cujas decisões tenham fixado prazo de duração, por estarem em desacordo com art. 60, §§ 8º e 9º, da Lei 8.213/1991;

9.1.15. revisão dos benefícios com instituidores cuja inscrição do CPF esteja cancelada por Multiplicidade, Nula ou Cancelada de Ofício identificados na tipologia TPL BP-E21-001, por estarem em desacordo com o art. 515 da IN-INSS 77/PRES/2015;

9.2. recomendar ao Instituto Nacional do Seguro Social, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avalie a conveniência e a oportunidade de:

9.2.1. revisar os dados cadastrais dos Instituidores com DDB maior que 5 anos e com resultado “Não Combinado”, com vistas a melhorar a qualidade da base de dados;

9.2.2. revisar os dados cadastrais dos Procuradores e Representantes, com vistas a melhorar a qualidade da base de dados;

9.2.3. sanear os achados com DDB maior que cinco anos identificados nas Tipologias de Cadastro, por estarem em desacordo com o art. 124-D da Lei 8.213/1991;

9.2.4. realizar procedimentos adicionais de apuração dos riscos identificados na tipologia TPL BP-E00-015 – Aposentadorias a beneficiários cujos vínculos trabalhistas não estão identificados na Rais;

9.2.5. realizar procedimentos adicionais de apuração dos riscos identificados na tipologia TPL BP-E88-001, referente à emissão de CPF a titulares do Benefício de Prestação Continuada ao Idoso em data próxima à solicitação do benefício;

9.2.6. realizar procedimentos adicionais de apuração dos riscos identificados na tipologia TPL BP-E21-001, referente aos Instituidores de pensão por morte sem registro no Sisobi ou óbito na Receita, identificada na Folha de Pagamentos do INSS, com vistas à adoção de providências internas;

9.2.7. realizar procedimentos adicionais de apuração dos riscos identificados na tipologia TPL BP-E31-010, referente aos Auxílios-doença com duração muito longa, identificada na Folha de Pagamentos do INSS, com vistas à adoção de providências internas;

9.3. recomendar à Receita Federal do Brasil, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avalie a conveniência e a oportunidade de realizar procedimentos adicionais de apuração nos achados identificados na tipologia TPL BP-E21-001, devido ao indício de óbito do titular do CPF;

9.4. encaminhar ao Instituto Nacional do Seguro Social os arquivos com os benefícios identificados com irregularidade e com os resultados dos cruzamentos de bases de dados, acompanhada desta deliberação, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam;

9.5. encaminhar à Receita Federal do Brasil o arquivo com os benefícios identificados na tipologia TPL BP-E21-001, acompanhada desta deliberação, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam;

9.6. arquivar os autos, nos termos do art. 169, II, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 4/2023 – Plenário.

11. Data da Sessão: 8/2/2023 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0161-04/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
BRUNO DANTAS
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral